

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Departamento de Economia
Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados



Dissertação

Consumo intermediário: implicações para a agricultura familiar e não familiar

Luciana Lobo Fernandes

Pelotas, 2012

Luciana Lobo Fernandes

Consumo intermediário: implicações para a agricultura familiar e não familiar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Mário Conill Gomes

Co-Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Pelotas, 2012

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mário Conill Gomes

Prof. Dr. Mário Duarte Canever

Prof. Dr. Sérgio Schneider

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida e pela graça em me brindar com a saúde e guiar todas as escolhas que fiz, pois sem isso jamais poderia ter realizado este desejo.

Devo minha profunda gratidão à minha família. Nesse caso, aos meus pais, Lizete e Luiz, que me deram a vida, e aos meus queridos tios, Maria Eulalie e Sérgio, que tão carinhosamente me acolheram na cidade de Pelotas, me apoiando e me incentivando em todos os momentos.

Dedico meus agradecimentos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Organização e Mercados (PPGOM / UFPEL), ao funcionário Luiz, que sempre foi solícito quando precisei, e em especial gostaria de dedicar meu agradecimento ao professor Mário Conill, que competentemente conduziu a orientação deste trabalho e me ofereceu suporte de conhecimento para que esta pesquisa fosse possível de ser realizada.

Da mesma forma, agradeço ao professor Marcelo Conterato (UFRGS), meu co-orientador, que também colaborou de maneira muito ativa e competente para a orientação deste trabalho. Também quero agradecer a todos os professores e colegas do PGDR-UFRGS que participaram do Acordo de Cooperação Técnica entre o IPEA e o PGDR pelo apoio e os conhecimentos transmitidos e trocados durante o desenvolvimento do Projeto.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus ex-veteranos do PPGOM pelo apoio durante o período em que convivemos no curso, em especial ao Rodrigo Gonçalves, que me proporcionou apoio para o aprendizado e ao Paulo, que igualmente ofereceu suporte para que eu conseguisse trilhar este desafio e que sempre esteve ao meu lado como um amigo.

Aos meus colegas (Jean, Igor e Marcelo) pelos momentos em que pudemos compartilhar ideias, tanto sobre conteúdos relacionados ao mestrado, como também pela amizade que construímos.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram, torceram por mim e souberam compreender meus momentos de ausência.

RESUMO

Esta dissertação compõe-se de dois artigos que objetivam contribuir para a agenda de pesquisa em desenvolvimento rural em uma perspectiva econômica. O primeiro trabalho denominado de “Agricultura Familiar: uma revisão de literatura” tem como propósito buscar elementos que possam colaborar para o entendimento das transformações que permeiam o universo da agricultura familiar no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais trabalhos que versam sobre o assunto. Os resultados convergem para a constatação de uma nova dinâmica agrícola, em que se destacam os agricultores familiares. Nesse sentido, esses agricultores são compreendidos como indivíduos que estão inseridos em um processo de transformações, tanto das práticas públicas, especialmente a do crédito subsidiado (PRONAF) como da iniciativa privada, por meio da adoção de novas tecnologias utilizadas na produção agropecuária. Porém, percebe-se que também pelo fato desses agentes residirem no mesmo local em que trabalham, eles mantêm características peculiares como a reciprocidade, a necessidade de garantir o bem-estar e a reprodução de suas famílias, não objetivando apenas o lucro. Já o segundo artigo intitulado de “Uma avaliação comparativa sobre os impactos do consumo intermediário na agricultura familiar e não familiar entre o Brasil e as regiões Nordeste e Sul com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006” avalia em termos econômicos, a intensidade com que agricultores familiares e não familiares do Brasil e das regiões Nordeste e Sul utilizam produtos classificados em consumo intermediário. Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE). Os resultados discriminam que os dois tipos de agricultores estão integrados aos mercados através da aquisição de produtos classificados em consumo intermediário, mas sugerem que existem distinções na intensidade dos impactos que esses produtos exercem nas despesas de agricultores familiares e não familiares, bem como entre as regiões Nordeste e Sul. Nesse caso, evidenciou-se que na região Sul os agricultores familiares realizaram proporcionalmente mais despesas de consumo intermediário do que os agricultores não familiares, porém, como conseguem atingir um valor bruto de produção mais elevado do que os não familiares eles são menos afetados por essa despesa.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura Familiar, Agricultura não Familiar, Consumo Intermediário.

ABSTRACT

This dissertation consists of two articles that aim to contribute to the research agenda on rural development in an economic perspective. The first work called "Family farming: a literature review" aims to find elements that can help in understanding the changes that pervade the universe of family farming in Brazil. For this, it was performed a literature review about the major works in the field. The results converge to a new agriculture dynamic, highlighting the family farmers. In this sense, these farmers are understood as individuals who are part of a transformation process, both of public practices, especially the subsidized credit (PRONAF), as well as the private sector, through the adoption of new technologies in agricultural production. However, it also realizes that because these agents live in the same place they work, they maintain unique characteristics such as reciprocity, the need to ensure family welfare and reproduction, aiming not just profits. The second article entitled "A comparative assessment of the impacts of intermediate consumption in family and non family farming between Brazil and the northeastern and southern regions based on the Agricultural Census of 2006" evaluate in economic terms the intensity which family and non family farming in Brazil use products classified as intermediate consumption both to the northeastern and southern regions. To develop this work we used data of the Brazilian Agricultural Census of 2006. The results discriminate that the two types of farmers are integrated into the markets through the acquisition of products classified as intermediate consumption, but suggests that there are distinctions about the intensity of the impacts of these products in the costs family and non family farming, as well as between northeastern and southern regions. In This case, it was observed that family farmers in the southern held proportionally more intermediate consumption expenditure than non family farmers. However, as they achieve a higher gross production value per ha than non family farmers, they are less affected by this expense.

KEYWORDS: Family Farming, Non Family Farming, Intermediate Consumption.

LISTA DE GRÁFICO E FIGURAS

Gráfico 1. Evolução da PTF, do Índice de Produto e do Índice de Insumo - Brasil (1975 a 2010)	43
Gráfico 2. Evolução dos índices de mão de obra, terra e capital	44
Gráfico 3. Evolução dos preços agrícolas no Brasil, e dos alimentos no Brasil e no mundo 1960-2008 (US\$)	46
Gráfico 4. Evolução do consumo aparente de fertilizantes - Brasil (de 1975 a 2007)	47
Gráfico 5. Valor Bruto da Produção por hectare (VBP/há) – Brasil, Regiões Nordeste e Sul	59
Gráfico 6. Participação percentual (%) do Consumo Intermediário sobre o Valor Bruto de Produção (CI/VBP)	67
Figura 1. Estrutura da dissertação	15
Figura 2. O <i>squeeze</i> da agricultura	48
Figura 3. Formação do valor agregado bruto (VAB), valor agregado líquido (VAL) e renda agrícola (RA).....	54
Figura 4. Representatividade do valor bruto da produção (em %) por grupo de atividade econômica – Brasil, regiões Nordeste e Sul	56
Figura 5. Participação das despesas (em %), por tipo de despesa, em relação ao total de gastos realizados – Brasil, regiões Nordeste e Sul	63

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Fontes de crescimento da agricultura brasileira. Taxas de crescimento dos índices parciais de produtividade: trabalho, terra e capital – Brasil (1975 a 2010)	44
Tabela 2. Proporção de consumo intermediário sobre o valor de produção (em %) na agricultura – Brasil (1939 – 1980)	50
Quadro 1. Valor bruto de produção médio por grupo de atividade econômica – Brasil, regiões Nordeste e Sul	58
Quadro 2. Estabelecimentos que realizaram despesas - Brasil, regiões Nordeste e Sul	61
Quadro 3. Grupos de despesas realizadas - Brasil, regiões Nordeste e Sul	62
Quadro 4. Consumo intermediário por hectare (CI/ha em R\$) – Brasil regiões Nordeste e Sul	66
Quadro 5. Dívidas e investimentos - Brasil, regiões Nordeste e Sul	69

LISTA DE SIGLAS

AF: Agricultura Familiar

ANF: Agricultura Não Familiar

ASCAR: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CAI: Complexo Agroindustrial

CI: Consumo Intermediário

CONATG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT: Central Única dos Trabalhadores

D: Depreciação

DVA: Distribuição do Valor Agregado

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária,

FAO: Fundação das Nações Unidas

FETAG – RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

FRETAF Sul: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

INCRA: Instituto Nacional de Colonização Agrária

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NRS: Nível de Reprodução Simples

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PIB: Produto Interno Bruto

PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTH: Unidade de Trabalho Homem

VA: Valor Agregado

VAB: Valor Agregado Bruto

VAL: Valor Agregado Líquido

VBP: Valor Bruto de Produção

VTP: Valor Total de Produção

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. INTRODUÇÃO GERAL	11
1.2. Problema de pesquisa e objetivos.....	13
2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1.Introdução.....	17
2.2. Caracterização da agricultura familiar	19
2.3. A racionalidade administrativa e comportamental do pequeno produtor rural.....	24
2.4. A modernização da agricultura	28
2.5. Políticas públicas para a agricultura familiar: O PRONAF	29
2.6. Considerações finais.....	32
3. OS IMPACTOS DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E AS REGIÕES NORDESTE E SUL, COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006.....	35
3.1. Introdução.....	36
3.2. Referencial teórico	38
3.3. Dados e procedimentos metodológicos.....	52
3.4. Resultados e discussão.....	54
3.4.1. Valor da produção	54
3.4.2. Despesas e consumo intermediário	60
3.4.3. Dívidas e investimentos	69
3.5. Considerações finais.....	70
4. CONCLUSÃO.....	73
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1. INTRODUÇÃO

1.1. Introdução geral

O meio rural brasileiro apresenta diferenças importantes nos indicadores de desenvolvimento quando comparados aos encontrados no espaço urbano. Isso se expressa, por exemplo, nos acesso aos serviços de saneamento básico, nos níveis de escolaridade e de renda, no adensamento demográfico, bem como no acesso a um amplo conjunto de serviços tipicamente presentes nas áreas urbanas. Não obstante, a agricultura se constitui em importante fonte impulsionadora da balança comercial, contribuindo na geração de empregos, renda e exercendo participação significativa no PIB (Produto Interno Bruto) do país. Esses fatos contribuem para, de um lado, conferir destaque ao setor agrícola e de outro demonstrar a necessidade de avançar na consolidação de melhores indicadores de desenvolvimento para a grande maioria das regiões rurais brasileiras.

Apenas recentemente tem se produzido trabalhos que objetivam apresentar além do que se pode dizer de “tamanho da agricultura”. Mais do que identificar a contribuição da agricultura para a economia do país, tem se avançado no reconhecimento da diversidade de formas de agricultura existentes no Brasil. Esta diversidade se manifesta por conta de uma série de fatores, tais como estrutura fundiária, qualidade dos solos, aspectos climáticos, formas de ocupação, estruturas de mercados, proximidade com centros consumidores, entre outros.

Recentemente alguns projetos de pesquisa marcaram singularidade nos estudos rurais por terem apresentado uma nova configuração da agricultura capitalista. Tais pesquisas evidenciaram uma forma social de trabalho diferenciada daquilo que se assumia anteriormente, contrariando a ideia de que os sistemas produtivos estavam baseados no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada. Compondo o leque de estudos que contribuíram para reconhecer as diversidades rurais encaixam-se os estudos da CUT/CONTAG (1998), coordenado por José Eli da Veiga, o qual identificou a “geografia” agrícola do país. Pouco depois de terminada esta pesquisa iniciou-se outro programa de grande repercussão, o Projeto Rurbano, coordenado por Graziano da Silva (1999). Esse Projeto constatou a magnitude que as rendas não agrícolas assumiam no universo rural brasileiro. Na base desta constatação estavam não somente a tendência de queda dos preços de produtos primários, já conhecida, mas a existência de um “Novo rural brasileiro”, discriminado pelo autor como sendo um espaço onde não se pode considerar apenas os

conjuntos de atividades agropecuárias e agroindustriais, mas sim um meio onde se revelam diversidades que até então, não haviam sido consideradas sobre o meio agrícola.

O reconhecimento legal desta diversidade se traduz, por exemplo, na atual classificação dos estabelecimentos agrícolas, que foram denominados como familiares ou patronais, de acordo com a classificação adotada pelo Convênio INCRA/FAO, a partir do Censo Agropecuário 2006 e da Lei da agricultura familiar.

Estas duas modalidades representam segmentos importantes para a economia do país e de cada região em particular. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares e a dos não familiares de 309,18 hectares. Ainda em conformidade com os dados do Censo de 2006 a agricultura familiar, definida pela Lei nº 11.326, apesar de ocupar 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários, é responsável por manter ocupados 74,4% do total de indivíduos no meio agrícola. Em termos de importância econômica a agricultura não familiar responde por 62% sobre o total do valor da produção, ou seja, 88,8 bilhões de reais.

Nessa constatação, as políticas públicas assumiram papel estratégico para viabilizar o desenvolvimento para o meio agrícola, especialmente a política de crédito subsidiado, representada pelo PRONAF, que vem contribuindo fortemente para o desenvolvimento do setor, principalmente na região Sul do país. Ressalta-se ainda, que uma parcela significativa de dinheiro público vem sendo investida para subsidiar programas que podem promover o desenvolvimento rural. Para Sacco dos Anjos et. al. (2004) o PRONAF é um importante instrumento de desenvolvimento e de justiça social, desde que suas ações contribuam com o desenvolvimento das capacidades produtivas dos agentes em questão.

Mas, apenas a concessão do crédito subsidiado, se realizada de forma isolada de outras ações, não pode promover transformações na situação econômica dos agricultores, já que outros fatores interferem no desenvolvimento rural. O aumento da eficiência produtiva dos estabelecimentos agropecuários no país, por exemplo, provocada pela utilização dos pacotes tecnológicos oriundos da modernização agrícola, impactam em uma tendência declinante dos preços dos produtos primários destinados ao consumidor – Leis de Demanda e Oferta. Em grande parte isso é ocasionado pela expansão da oferta e pela incorporação de novas tecnologias que aumentam a produtividade e, conseqüentemente, reduzem seus custos. No entanto, estas tecnologias intensificam a integração dos produtores ao mercado e lhes cria um ponto de fragilidade, uma vez que tornam-se dependentes dos insumos externos adquiridos em mercados. Por outro lado, a venda de seus produtos é feita em mercados concorrenciais e isto os torna exportadores de renda para os demais setores da sociedade.

Esta expansão da oferta de *commodities* agrícolas trouxe modernidade ao campo, mas também aumentou o abismo entre aqueles produtores que possuem capacidade produtiva e aqueles com capacidade inferior.

Neste debate, um dos fatores que possui importância ascendente no contexto atual é o consumo intermediário. Esse tipo de despesa é definido como sendo a medida da parcela do produto que é destinada à compra de insumos externos definidos por Kageyama *et al.* (1990) como o valor de todos os insumos que entram no processo produtivo, exceto a força de trabalho.

Uma vez que a utilização de insumos industrializados tipicamente envolve investimentos em capital fixo, o que sobra para remuneração, em termos absolutos, é uma função direta do consumo intermediário. Quanto maior for este, menor será a sobra para remunerar a mão-de-obra familiar. Além disso, outro aspecto importante é que na agricultura o resultado econômico é afetado pela escala de produção, fato que limita a capacidade produtiva dos agricultores familiares.

Por isso, o presente estudo pretende compor uma linha de pesquisa que investigue as principais características que permeiam a nova dinâmica da agricultura familiar no Brasil para que, no artigo seguinte, possa ser analisado se os efeitos dos produtos de consumo intermediário podem impactar diferentemente para agricultura familiar e não familiar no Brasil e nas regiões Nordeste e Sul do país, já que nessas regiões há diversas atividades econômicas relevantes para a formação de renda dessas duas categorias de agricultores, e onde o consumo intermediário pode ter uma influência decisiva. Isso se dará com base em dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006 a partir de um projeto de Cooperação Técnica estabelecido entre IPEA e UFRGS, com participação de pesquisadores, mestrandos e doutorandos de outras instituições, entre as quais a UFPEL.

1.2. Problema de pesquisa e objetivos

Como compreender as distinções dos universos da agricultura familiar e da não familiar? A agricultura familiar, talvez pelo fato do proprietário e sua família residirem no estabelecimento e poderem gerenciar e executar as atividades produtivas da propriedade rural pode apresentar resultados econômicos mais robustos do que a agricultura patronal? Ou, a agricultura patronal, pelo fato de dispor de mais fatores produtivos – terra, capital e trabalho - ou mesmo a possibilidade de ter acesso a informações? Esses fatores podem motivar às unidades produtivas não familiares a apresentar melhores resultados econômicos do que as

familiares? Em qual tipo de agricultura e regiões o consumo intermediário afeta de maneira mais expressiva o resultado econômico?

Com base nestas e em outras questões relativas ao tema da agricultura familiar e aos efeitos do consumo intermediário para os grandes e pequenos produtores rurais é que aumenta o interesse de pesquisas nesse sentido. Todavia, ainda são incipientes estudos que contenham uma base de dados comparativa e mais aprofundada sobre as diferenças dos impactos do consumo intermediário para os agricultores familiares e não familiares em nível regional.

Em função da relevância acerca do tema de desenvolvimento rural e da problemática que cerca o assunto, esta dissertação visa analisar, tanto as características que permeiam os agricultores familiares, como também estabelecer uma avaliação no que tange aos resultados econômicos dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar no Brasil e regiões Nordeste e Sul para o ano de 2006. Em relação a esse último objetivo, a avaliação transcorrerá com mais profundidade abordando os impactos que o consumo intermediário exerce sobre as unidades de produção agropecuária. Tais objetivos são motivados pela escassez de estudos referentes a avaliação dos impactos econômicos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar, tendo em vista as diferenças de capacidade produtiva entre esses dois grupos.

Delimitada a problemática de estudo, cabe ainda explicar porque a pesquisa encaminhou-se para a avaliação do consumo intermediário no Brasil e regiões Nordeste e Sul do país. A preferência pela avaliação deste espaço geográfico deriva fundamentalmente da participação da autora desta pesquisa no subprojeto 3, a partir de um projeto de Cooperação Técnica estabelecido entre IPEA e UFRGS, em parceria com a UFPEL, intitulado de “O impacto do consumo intermediário nos custos de produção da agricultura: uma análise comparativa entre estados e regiões Sul e Nordeste do Brasil”. A pesquisa, que como o próprio título já permite discernir, objetivou preencher uma lacuna existente na área do desenvolvimento rural ao investigar os impactos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar e ocorreu com base em dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006.

Como ponto de partida desta dissertação, tem-se o primeiro artigo, o qual visa complementar um debate já existente sobre a agricultura familiar. Sendo assim, o objetivo é investigar as principais características que permeiam essa modalidade de produtores. Os resultados dessa pesquisa bibliográfica indicam que os agricultores familiares utilizam uma racionalidade diferenciada da racionalidade dos agricultores patronais, dados as circunstâncias do ambiente, a fim produzirem os produtos agrícolas. A modernização agrícola, ocorrida após

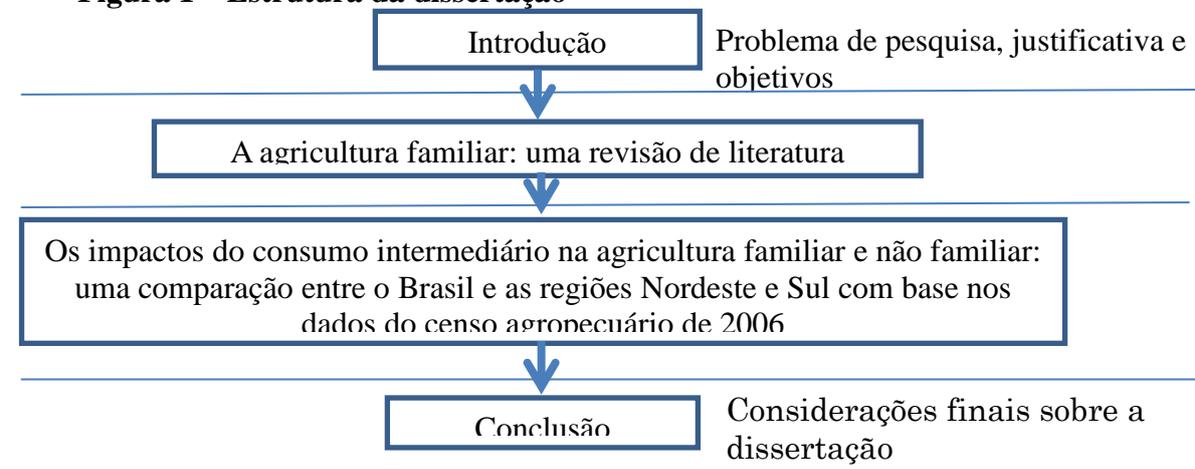
a Segunda Guerra Mundial, promoveu transformações profundas na forma de produção dos sistemas agrícolas e fez com os pequenos agricultores adotassem novos padrões produtivistas. Além disso, o crédito subsidiado passou a ser um instrumento relevante para promover o desenvolvimento das diferentes tipologias de agricultores, mas os resultados dessa política ainda carecem de investigação mais detalhada quanto aos retornos efetivos de sua existência.

No segundo artigo, buscou-se avaliar os resultados econômicos das agriculturas familiar e patronal, oferecendo maior destaque para os impactos dos custos de produção com consumo intermediário nessas duas tipologias. Os resultados dessa pesquisa sugerem as discrepâncias de desenvolvimento entre a agricultura nordestina e a sulista. Esse fato se comprova pelo baixo valor de produção obtido pelos agricultores da região Nordeste, em oposição os produtores da região Sul. Em relação aos custos de produção, observou-se que o impacto do consumo intermediário foi mais intenso para os agricultores não familiares do que para os familiares, tendo em vista que esses conseguiram obter um valor bruto de produção/ha mais elevado do que os patronais.

Acredita-se que com este estudo estar-se-á somando às pesquisas já existentes sobre a diversidade existente no meio rural, o que contribui com a ampliação do conhecimento sobre o tema em debate. Devido à escassez de estudos que contemplem a temática da análise do consumo intermediário nas duas camadas de agricultores, espera-se estabelecer a partir de então uma melhor orientação para políticas públicas no que se refere à alocação de recursos e estratégias promotoras do desenvolvimento rural no país. Pretende-se tecer considerações que possam servir de base para outros estudos, que futuramente, serão alvos da investigação de acadêmicos das diversas áreas das ciências sociais.

Esta dissertação está estruturada, conforme apresenta a Figura 1, em: introdução geral, seguida dos dois artigos desta pesquisa, e, por fim, a conclusão geral dos artigos.

Figura 1 – Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora

2. AGRICULTURA FAMILIAR: uma revisão de literatura

RESUMO

O propósito deste artigo é buscar elementos que possam colaborar para o entendimento das transformações que permeiam o universo da agricultura familiar no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais trabalhos que versam sobre o assunto. Os resultados convergem para a constatação de uma nova dinâmica agrícola, em que se destacam os agricultores familiares. Nesse sentido, esses agricultores são compreendidos como indivíduos que estão inseridos em um processo de transformações, tanto das práticas públicas, especialmente a do crédito subsidiado (PRONAF) como da iniciativa privada, por meio da adoção de novas tecnologias utilizadas na produção agropecuária. Porém, percebe-se que também pelo fato desses agentes residirem no mesmo local em que trabalham, eles mantêm características peculiares como a reciprocidade, a necessidade de garantir o bem-estar e a reprodução de suas famílias, não objetivando apenas o lucro.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura Familiar. Modernização. PRONAF.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to seek elements that could contribute to understanding the changes that pervade the universe of family farming in Brazil. For this, it was performed a literature search on the major works about the subject. The results converge on the finding of a new agriculture dynamic, highlighting the family farmers. In this sense, these farmers are understood as individuals who are part of a transformation process, both of public practices, especially the subsidized credit (PRONAF), as well as the private sector, through the adoption of new technologies in agricultural production. However, it also realizes that because these agents live in the same place they work, they maintain unique characteristics such as reciprocity, the need to ensure family welfare and reproduction, aiming not just profits.

KEYWORDS: Family Farming. Modernization. PRONAF.

2.1.Introdução

O Censo Agropecuário, que é a principal fonte de dados sobre as características estruturais da agricultura e da pecuária brasileira, evidenciou nas últimas pesquisas uma modificação no espaço rural do Brasil: a existência de uma agricultura familiar numérica e economicamente representativa.

A compreensão sobre a nova dinâmica do campo se deu através de estudos pioneiros, como os que foram realizados pelo Projeto Rurbano (1981-1995) e a pesquisa CUT/CONTAG, (1998). Além destas pesquisas, destaca-se o convênio de cooperação entre o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e o INCRA (1994/2000), que firmaram convênio para a realização de estudos sobre as características da agricultura. O resultado deste trabalho conduziu os técnicos do Projeto a elaborar o documento denominado “O Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto”, sob a coordenação de Guanziroli e Cardin. Adicionalmente, o último Censo Agropecuário IBGE/2006 apresentou, por meio do mesmo convênio de estudos e através do relatório “A Agricultura Familiar – Primeiros Resultados” uma consistente e detalhada base de dados e informações sobre a agricultura e a importância dos agricultores familiares para a economia agropecuária do país.

Os resultados destes trabalhos apontavam para o fato de que havia diferenças significativas entre pequenos e grandes produtores rurais em aspectos como produtividade, racionalidade administrativa, utilização de tecnologias, investimentos, entre outras características dessas duas categorias de produtores.

O governo, motivado por estes resultados, constatou a necessidade de classificar os agricultores familiares sob a forma legal e em 2006 foi criada a Lei nº 11.326, Art. 3º, classificando como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Nesta vertente, os estudos sobre as características da agricultura brasileira serviram de subsídio para que os gestores públicos repensassem as políticas vigentes para o desenvolvimento dos agricultores familiares no país.

Assim, para que seja possível analisar as bases de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é necessário compreender os eventos que transformaram a rotina de trabalho do pequeno agricultor no campo. Nesse sentido, destacam-se dois importantes acontecimentos que interferiram profundamente na história da agricultura no Brasil: a modernização e a política de crédito subsidiado. Sendo assim, numa primeira etapa ocorre um movimento que transforma as bases tecnológicas da produção no campo, a fim de aumentar a eficiência produtiva, com vistas a atender as necessidades do mercado de consumo. E, conseqüentemente surge a necessidade de inserir produtores excluídos dos processos mercantis de transações econômicas, capitalizando-os através da oferta de crédito subsidiado pelo governo.

Nessa linha, se por um lado o movimento da modernização agrícola foi o principal precursor de um dos processos mais marcantes e com uma das mais intensas transformações já vivenciadas pela agricultura brasileira: a modernização. Por outro lado, a modernização trouxe atraso e injustiça social para o campo, à medida que os pequenos agricultores não conseguiram se adaptar às novas técnicas e conseqüentemente não atingiram a produtividade suficiente para se manterem competitivos. Ploeg (1992) contribui para o debate, salientando que a modernização da agricultura ocorre quando um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho na propriedade rural e é assimilado por organismos externos.

A modernização agrícola, firmada no Brasil com mais intensidade a partir dos anos 60, destacou-se na agricultura como um processo de transformação tecnológica que induz ao uso mais intensivo da mecanização, o qual aumenta substancialmente a produtividade do trabalho, já que incorpora o uso de fertilizantes e defensivos, bem como a utilização de variedades geneticamente melhoradas, entre outros. Paralelamente a essa situação começaram a crescer as intermediações financeiras no setor agrícola e como consequência a necessidade de capital para o setor.

Neste contexto, surge o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresentando-se como um marco histórico para o desenvolvimento dos agricultores familiares no Brasil. O PRONAF, criado em 1996 para substituir o PROVAP, visava atender a necessidade de uma demanda de produtores que estava descapitalizada e que por isso não conseguia desenvolver condições suficientes para ampliar e melhorar a qualidade da produção.

Hoje em dia uma parcela significativa de agricultores familiares no Brasil acessa financiamentos com condições de pagamento e taxas de juros mais vantajosas do que no mercado de crédito tradicional, via PRONAF. Esta capitalização dos agricultores familiares

promoveu transformações importantes no meio rural, evidenciando a agricultura familiar brasileira, anteriormente desacreditada e esquecida pelas políticas públicas, como um dos principais destaques do agronegócio, uma vez que de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006 a agricultura familiar é responsável por 38% do VBP e ocupa 77% das pessoas que trabalham na agricultura no país.

Dessa forma, a disponibilidade de novos produtos agrícolas capazes de aumentar a produtividade associados às melhores condições para utilizar o mercado de crédito, contribuíram para a modernização do campo. Mas a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro é inesgotável e nos últimos anos ganharam fôlego, impulsionada pelas questões sobre desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, desenvolvimento local; aspectos esses em que a agricultura familiar possui papel fortemente participativo em países que buscam o desenvolvimento sustentável e permanente de suas sociedades.

Por esses motivos, o presente estudo objetiva, através de uma pesquisa bibliográfica sobre os principais trabalhos realizados na área, contribuir com um debate antigo, mas ainda com questões bastantes eminentes, sob o ponto de vista das transformações recentes permeiam o tema da agricultura familiar no Brasil, a serem analisadas. Sendo assim, neste trabalho são destacadas as características essenciais que envolvem os agricultores familiares, os eventos externos que modificaram a rotina dessa modalidade de produtores ao longo dos anos, o que nos conduz a traçar um panorama geral da agricultura familiar no Brasil, oportunizando um aprofundamento das pesquisas nesse assunto.

2.2. Caracterização da agricultura familiar

A diversidade cultural, social e econômica com que se apresenta a agricultura familiar exige uma diversidade conceitual. Então, é pertinente destacar que ao longo da história brasileira houve outras formas de caracterizar a agricultura familiar e que antecederam a atual conceituação estabelecida através da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Art. 3º.

Sendo assim, o significado de agricultura familiar não é novo, mas seu uso recente e com ampla abordagem nos meios acadêmicos, políticos e em movimentos sociais, reascende a necessidade de resgatar características conceituais anteriores e que contribuíram para originar o atual conceito. Para Guanzirolí et al. (2001) muitos são os conceitos de agricultura familiar e esta variedade deve-se a heterogeneidade dessa categoria. Para este mesmo autor o conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, enquanto que o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Portanto, faz-se necessário registrar a evolução desse

conceito que ao longo das últimas décadas assumiu diferentes nomenclaturas para caracterizar a agricultura familiar.

Para Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: *“propriedade familiar : o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”* e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

Wilkinson (1986) utiliza uma conceituação sociológica, compreendendo dois elementos para conceituar o pequeno agricultor. “A renda (...) na faixa dos dois salários mínimos deve ser entendida como renda total e não simplesmente renda agrícola. E, em segundo lugar, a unidade de produção deve estar baseada essencialmente no trabalho familiar.” Assim, percebemos que o critério inicial do autor para denominar o pequeno produtor foi o fator da renda auferida com as atividades desenvolvidas na propriedade e a mão-de-obra produtiva.

Cardoso (1987) elabora quatro aspectos para denominar o pequeno agricultor, denominado por ele de camponês:

- a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional;
- c) Autossubsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente;
- d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros (CARDOSO, 1987).

Na visão do autor, como se pode observar, outras questões foram inseridas para definir o agricultor familiar: a importância da gestão das atividades agrícolas e a questão dos objetivos desse indivíduo, que nesse caso é orientado a promover a subsistência da família.

O relatório desenvolvido pela INCRA/FAO (1994) aponta as características do modelo familiar de produção agrícola, em contraposição ao modelo patronal. São as seguintes características: trabalho e gestão estreitamente relacionados; direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

De modo similar, o conceito adotado pelo PRONAF sobre o tema, evidencia que, na agricultura familiar: “[...] predominam a interação entre gestão e trabalho, direção do processo produtivo pelos proprietários, ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e trabalho familiar complementado por trabalho assalariado” (PRONAF, 1995).

Nessa linha, tanto a conceituação oferecida pelo relatório INCRA/FAO (1994) como a definição do PRONAF (1995) sobre agricultura familiar demonstram haver uma transformação desse conceito em relação aos conceitos apresentados anteriormente. Diante disso, a agricultura familiar é associada à necessidade de qualidade de vida que o agricultor busca para si e para a sua família, a capacidade administrativa e de gestão do agricultor familiar é evidenciada, uma vez que o processo produtivo é permeado por incertezas quanto a obtenção de recursos e o escoamento de mercadorias e a tendência a diversificação das atividades produtivas.

Em estudos realizados na região Sul do Brasil Bittencourt e Bianchini (1996), classificam os agricultores familiares da seguinte maneira: “[...] é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento”.

Neste contexto, Abramovay (1992) inicialmente caracteriza o campesinato como sendo uma organização familiar baseada em critérios que não estão baseados fundamentalmente em noções econômicas, mas na existência de forte reciprocidade entre os atores, os quais possuem uma integração parcial a mercados incompletos. O autor explica que essa parcialidade de inserção a mercados incompletos está relacionada ao fato de que existe flexibilidade por parte do camponês com relação ao mercado, o que permite que esse possa deixar de vender a sua produção sem prejudicar a reprodução social de sua família. Em trabalho posterior (1997) o autor considera elementos endógenos, para conceituar os agricultores familiares, apresentando a seguinte conceituação sobre tal categoria social:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

Lamarche (1998) complementa o debate caracterizando a agricultura familiar em diferentes contextos e diferentes sistemas sociopolíticos ao mostrar a existência de diferentes formas organizacionais da agricultura familiar. Em alguns lugares ela aparece como o pivô do desenvolvimento, em outros, arcaica e de subsistência; aparece ainda como a única forma social de produção; e, em outros, é excluída do processo de desenvolvimento e até eliminada. O autor, ao trazer contribuições importantes para a caracterização do conceito de agricultura familiar, apresenta para o caso brasileiro a predominância de dois modelos, em estreita correlação: (i) agricultura camponesa e de subsistência e (ii) agricultura familiar moderna. Em ambos, o estudo ressalta a manutenção da predominância da mão-de-obra familiar enquanto estratégia, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra como condicionante ainda presente na capacidade de reprodução da familiar.

A visão de LAMARCHE (1998) é centrada no que ele chama de lógicas produtivas. Essas lógicas produtivas derivam duas noções importantes para o entendimento da teorização do autor sobre agricultura familiar: a noção de lógica familiar e a noção de dependência.

A primeira noção das lógicas produtivas está centrada na lógica familiar. A lógica familiar significa participação da família no funcionamento da unidade de produção, podendo esta, desempenhar papel muito importante, em alguns casos, ou pouco importante em outros.

Essa noção de lógica familiar se divide em três temas: terra, trabalho/família e reprodução do estabelecimento. Em relação à terra, há três variáveis importantes a serem enfatizadas: a propriedade fundiária familiar, a importância dada à propriedade fundiária e o apego à terra. A propriedade fundiária familiar considera ao mesmo tempo a propriedade individual do responsável pelo estabelecimento e a propriedade dos outros membros da família. A importância dada à propriedade fundiária leva em conta a possibilidade do agricultor, com suas economias, investir em terra e a probabilidade de ampliar a área da propriedade. Quanto ao apego à terra, o autor levanta as possibilidades em que o agricultor venderia sua terra: falta de sucessores, mudança de profissão, ajudar os filhos a se estabelecerem, investir na terra ou em outro lugar se for mais vantajoso.

Diante do arcabouço de classificações acadêmicas, ou vinculadas a órgãos do governo ou ainda definidas pelo poder legislativo sobre a conceituação de agricultura familiar, surge a delimitação formal e atual desse conceito, amparado pela Lei 11.326, e sancionado pelo presidente da República em 24 de julho de 2006. Esta lei considera “[...] *agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha*

renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

Diante de tais requisitos a Lei 11.326, inclui ainda “[...] *silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] 15 aquícultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores”* (BRASIL, 2006).

Guazioli e Cardin (2000) contribuem para o debate à medida que identificam a existência de três tipos de unidades de produção: *a) unidades capitalistas*: possuem grandes áreas de terras e cujos proprietários não atuam diretamente nas atividades produtivas, sendo que trabalhadores assalariados executam as atividades. E, as principais atividades desse grupo, são a pecuaristas de corte, usinas de álcool e de açúcar, plantações florestais pertencentes a indústrias, etc.. *b) unidades patronais*: a produção é realizada pela família e, simultaneamente, por trabalhadores assalariados, sejam eles permanentes ou temporários. *c) unidades familiares*: o trabalho na propriedade advém quase que exclusivamente da mão-de-obra familiar. Essas unidades mostraram-se muito diversificadas, tanto em relação à capitalização quanto aos sistemas de produção; havendo esporadicamente contratações de pessoal temporário e em épocas safra, nos casos em que os membros da família não são suficientes para realizar o trabalho das culturas nas propriedades. Especialmente nas produções hortícolas (culturas de horta e jardim) e na fruticultura.

Dentro do universo da agricultura familiar, os pesquisadores do Projeto INCRA/FAO (1994), baseados pelo valor da Renda Total, identificaram uma expressiva diferença nas Rendas dessa classe de produtores. Há, no entanto, diversos outros estudos que classificam as tipologias de produtores (ver Hoffmann e Kassouf,1989; Carmo et al.,1993; Salles et al.,1995) e que utilizam os mais variados métodos de análise para identificar o nível de desenvolvimento e de modernização dos agricultores e dos sistemas agrários (ZARONI, 2004).

O Projeto de Cooperação INCRA/FAO (1994), de acordo com o que aponta Bianchini (2003), identificou a amplitude do universo da agricultura familiar ao classificar essa categoria em quatro tipologias, assim definidas: *Tipo A – agricultores familiares capitalizados*: acumularam algum capital (maquinário e terra) e que dispõem de mais recursos para a produção. Dado o dinamismo da atividade agrícola, esses produtores podem se tornar

agricultores patronais. *Tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização*: o nível de Renda Total não garante ainda uma situação confortável a longo prazo. Ou, esses produtores estariam sujeitos a descapitalização. *tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima*: a renda é insuficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e a subsistência da família. Nessa última categoria encontram-se os produtores tradicionais em descapitalização real e produtores que recorrem a rendas externas para sobreviver (trabalho assalariado temporário, atividades complementares permanentes, trabalho urbano de alguns membros da família, aposentadorias, etc.). *tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza*: a renda obtida não é suficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e a subsistência da família. Nessa última categoria encontram-se os produtores tradicionais em descapitalização e produtores que recorrem a rendas externas para sobreviver (trabalho assalariado temporário, atividades complementares permanentes, trabalho urbano de alguns membros da família, aposentadorias, etc.).

Desse modo, as diferentes definições acadêmicas ou delimitações legais sobre o conceito de agricultura familiar no Brasil apresentadas neste item e em pontos distintos no tempo evidenciam a evolução desse conceito. Sendo assim, o amplo leque de conceitos sobre a agricultura familiar, combina, portanto, critérios como o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e renda predominantemente oriunda da atividade produtiva, e gestão familiar da unidade de produção. Tendo em vista as características que permeiam a agricultura familiar, resta-nos conhecer e compreender a racionalidade que o agricultor familiar utiliza para administrar a unidade produtiva.

2.3. A racionalidade administrativa e comportamental do pequeno produtor rural

Entende-se por racionalidade como sendo o sistema de crenças e valores que orientam as ações humanas. Nessa linha, Simon (1947) em seu *Administrative Behavior* interpreta que a principal característica do homem administrativo é sua racionalidade limitada, uma vez que os agentes são intencionalmente racionais, mas apenas de forma limitada. Segundo este autor, o comportamento real não alcança a racionalidade objetiva, pelo menos em três aspectos:

- (a) “A racionalidade requer um conhecimento completo e antecipado das consequências resultantes de cada opção. Na prática, o conhecimento dessas consequências é sempre fragmentário”;
- (b) “Considerando que essas consequências pertencem ao futuro, a imaginação deve suprir a falta de experiência em atribuir-lhes valores, embora estes só possam ser antecipados de maneira imperfeita”;
- (c) “A racionalidade supõe uma opção entre todos os possíveis comportamentos alternativos. No comportamento real, apenas uma fração de todas estas possíveis alternativas é levada em consideração” (Simon, 1988, p. 95).

Para Williamson (1986) diferentemente do que preconizam as teorias de mercado ideal, os agentes no mercado real atuam sob as condições de incerteza, oportunismo, assimetria informacional, racionalidade limitada e agem de forma a garantir o seu bem-estar, muitas vezes em detrimento do lucro.

Estes agentes se deparam com determinadas limitações que influem no processo da escolha ótima, ou seja, não possuem tempo ilimitado para tomar decisões, defrontam-se com prioridades simultâneas e especialmente, atuam em ambientes de incerteza. Este conjunto de fatores faz com que a informação disponível aos agentes seja incompleta, fatos esses que limitam a capacidade de enumerar todas alternativas necessárias para tomar uma decisão ótima. Essas características interferem nas escolhas racionais dos agentes, fazendo deles indivíduos racionalmente limitados em suas decisões (SIMON, 1988).

Abramovay (2007) faz uma abordagem das três etapas sobre a racionalidade dos sujeitos classificados na categoria do camponês e inseridos no contexto de modernização agrícola. O primeiro modelo, que foi desenvolvido por Theodore Schultz, considera que a família camponesa opera em moldes que em nada se diferenciam da empresa moderna no que se refere a sua racionalidade econômica. O camponês age de modo a maximizar o lucro, embora nem sempre, utilizando as técnicas mais adequadas de produção. Ao concluir que, em termos de produtividade, a produção camponesa não seria tão eficiente quanto à agricultura mecanizada, o autor indica que caberia ao Estado, o incentivo a inserção desse camponês a mecanização e a difusão de conhecimentos através da extensão rural. Esse modelo, portanto, admite a dicotomia (ou dualismo) entre agricultura tradicional e agricultura moderna por considerar que não há evolução lenta nem gradual que leve de uma a outra sem depender da intervenção estatal (ABRAMOVAY, 2007).

O segundo modelo, elaborado por Michael Lipton, analisa o comportamento racional camponês a partir do pressuposto de que ele seria avesso ao risco. A família camponesa agiria com intuito também maximizar, no entanto, não mais de lucro, mas de oportunidades de sobrevivência diante de um ambiente ecológico e social hostil. A produtividade seria limitada pelo medo do risco, comum na produção em busca de lucro. Toda inovação da técnica poderia ser absorvida pelo camponês e aumentar sua produtividade, contanto que não o expusesse a situações de risco maiores do que as que ele já estava exposto (ABRAMOVAY, 2007).

Por último, o terceiro modelo, elaborado por Merllor, Sen e Nakagima retoma e desenvolve os termos trabalhados por Chayanov para desenvolver uma perspectiva que atribui ao camponês o caráter de ser avesso à penosidade. Para esses autores, a principal característica do campesinato é ter sua ação pautada na conquista de um equilíbrio entre

produção familiar e consumo doméstico, este último aspecto motivando o primeiro. A inovação técnica, para parte desse grupo, seria imprescindível para a ruptura desse equilíbrio (em favor do mercado) através da transformação de tempo de trabalho em produto agrícola, o que provocaria, em consequência, uma maior oferta de bens, algo que reduziria a penosidade no campo. Para outra parte, a inovação tecnológica deveria ser implementada com cautela, na medida em que, se feita de forma brusca, poderia provocar uma elevação na pobreza sentida (ABRAMOVAY, 2007).

Em seus estudos, Lima (2005) salienta que este tipo de racionalidade dos agricultores, é inerente a todo o processo administrativo realizado em qualquer tipo de organização. Assim, não pode haver administração sem que haja racionalidade no uso dos recursos com vistas ao alcance de objetivos. Segundo este mesmo autor a racionalidade administrativa representa os objetivos e finalidades sobre a utilização de recursos. Nesse sentido, racionalidade indica que a atividade administrativa tem um sentido ou uma orientação, determinada pelos objetivos e finalidades atribuídos pelo agente à organização.

Este autor demonstra ainda, que a civilização centrada no mercado é apenas uma expressão das racionalidades humanas, mas não a única. Diante disso, as avaliações sobre a racionalidade dos pequenos agricultores não podem ser simplesmente visualizadas sob a ótica econômica em relação ao entendimento das relações entre a organização interna da produção em bases familiares e o mundo externo. Algumas peculiaridades das unidades de produção familiar são evidenciadas por Lima, em estudos que demonstram que, diferentemente do que ocorre em outras organizações, o fato da produção ser realizada pela família e, normalmente, em baixa escala, faz com que não exista a separação formal das tarefas entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Ou seja, ao tempo em que os membros da família são os proprietários da unidade produtiva eles são também a principal fonte de trabalho da unidade de produção. Não há separação do trabalho executivo e do administrativo na propriedade, uma vez que normalmente os pais orientam e delegam as tarefas executivas para os filhos e, além de realizarem o trabalho executivo, os pais também administram a propriedade. Outra característica é que o planejamento das atividades e a tomada de decisão são focos de discussão entre os integrantes da família.

A pluriatividade dos agricultores, que significa executar outras atividades não relacionadas ao cultivo da terra, denominadas de atividades pluriativas, ou seja, tanto aqueles membros da família que não são capazes de ocupar plenamente a força de trabalho da unidade, como também as situações em que o caixa da unidade de produção é igualmente alimentado por fontes de ingresso econômico extra- agrícolas, sejam estas provenientes da

venda externa da força de trabalho e/ou mediante iniciativas que pouco ou nada têm de relação com as atividades agropecuárias. Além de representar uma estratégia de permanência no campo, pois possibilita a diversificação da renda fora do estabelecimento agrícola, a pluriatividade garante também sua reprodução. Ou o contrário, a pluriatividade pode também expressar um processo dinâmico de êxodo rural, já que pode estar correspondendo a perda da importância dessa atividade para a reprodução das famílias ou até mesmo a transição gradual da família do campo para a cidade (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER; WANDERLEY, 2003).

As decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria lucro “puro” de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total. Nesse sentido, pode-se dizer que a unidade familiar ainda mantém características próprias como, por exemplo, a não separação dos meios de produção e força de trabalho, a produção para o autoconsumo, as relações de reciprocidade, parentesco, herança e consanguinidade, objetivando o bem-estar da família (SCHNEIDER, 2003; SABOURIN, 2006).

Então, as decisões da propriedade familiar sobre qual cultura produzir, quando e como são orientadas pelos objetivos estratégicos dos agricultores e condicionadas pelas potencialidades e limitações de determinada situação. Para Souza Filho et al. (2004) os agricultores familiares buscam reduzir riscos econômicos e alimentares, e que por isso tendem a valorizar a adoção de sistemas mais diversificados e por isso alocam recursos em atividades menos arriscadas, mesmo que isso não signifique a melhor remuneração do capital investido e a maximização de lucros.

Evidencia-se que o pequeno produtor rural, seja ele classificado na agricultura familiar ou mesmo sendo apenas um pequeno agricultor, possui racionalidade administrativa diferenciada em relação ao agente econômico do mercado ideal. Assim, o objetivo centralizado na lógica de acumulação do lucro não cabe como característica principal e exclusiva para este agente, uma vez que além de tratar o lucro sob uma ótica distinta, os pequenos agricultores também possuem outros objetivos tão importantes quanto a acumulação de capital. Mas o processo de modernização, vivenciado pela agricultura, se configurou como um processo intervencionista que alterou profundamente a dinâmica de produção agrícola dessa categoria, bem como o modo com que os pequenos agricultores se relacionarem com os mercados.

2.4. A modernização da agricultura

Em meados dos anos 40, pós Segunda Guerra Mundial, começaram a acontecer mudanças muito intensas na agricultura do mundo todo. Estas mudanças chegam ao Brasil a partir dos anos 60, quando iniciou no Brasil o processo de modernização da agricultura, baseado na adoção de um pacote tecnológico, chamado de revolução agrícola ou “Revolução Verde”, denominado assim porque seus criadores discursavam que essa Revolução iria “esverdear toda a terra com produção de alimentos [...] Com investimentos em três áreas: mecânica, química e biológica” (GORGEN, 2004, p. 25). Para os criadores desse novo modelo produtivo a Revolução transformaria completamente o jeito de produzir na agricultura e aumentaria tanto a produtividade agrícola que isso eliminaria a fome no mundo. Brum caracteriza da seguinte maneira esse evento:

A Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola em todo mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p.44).

As novas pesquisas, inicialmente lideradas pelo grupo Rockefeller, sediado nos EUA, e posteriormente por outros grupos norte-americanos e europeus, proporcionaram o desenvolvimento de tecnologias e produtos para aumentar a produtividade no campo, o que incentivou modificações na conjuntura política agrícola brasileira nas décadas posteriores aos anos 60.

Além das multinacionais, o modelo revolucionário também originou profundas mudanças institucionais, nas articulações públicas e privadas do País. O governo passou a oferecer suporte tecnológico, científico e educacional, como exemplo disso temos a EMBRAPA, EMATER, grandes cooperativas de produção e comercialização criadas pelo Estado, e o crédito agrícola subsidiado, fundamental para a compra de insumos a juros mais baixos do que no mercado tradicional (GORGEN, 2004). Além, da implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), a nível nacional e da ASCAR, no Rio Grande do Sul, entre outras instituições criadas pelo governo para se adequar ao novo modelo de desenvolvimento rural implantado.

Esta conciliação de acontecimentos, que vão desde a criação de modernos produtos para o campo até a estratégia política de desenvolvimento econômico do período militar brasileiro é que fundamentam a política de modernização da agricultura, desencadeando um processo de profundas transformações na estrutura agrícola nacional. Associado a isso, a influência dos movimentos sociais mudou a prioridade do enfoque produtivista para o um

enfoque voltado à sustentabilidade, envolvendo condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros. Passa-se a dar maior importância para aspectos sociais, com maior valorização da agricultura familiar em relação à política produtivista anterior (FLORES e MACEDO, 1999).

O fato é que a modernização impulsionou fortemente a produção de alimentos em todo o mundo, e trouxe eficiência para o trabalho no campo. Alterou profundamente as relações agrárias; proporcionou a expansão e o desenvolvimento de muitas propriedades agrícolas no Brasil, mas de forma parcial apenas. Porque, por outro lado, afetou também os pequenos produtores rurais que, de modo geral, não dispunham de capital suficiente para adquirir os novos pacotes tecnológicos, e conseqüentemente, muitos deles não conseguiram atingir a produtividade necessária para continuar na atividade, já que com a melhora no desempenho produtivo agrícola, proporcionada pelo novo modelo de produção, houve aumento da oferta de produtos, o que empurrou os preços das *commodities* para baixo. Esse processo marginalizou muitos pequenos produtores nas zonas rurais.

Exemplo disto é que em 1999, no Rio Grande do Sul, o número de pessoas e de famílias no meio rural que sobreviviam com rendimentos insuficientes para satisfação de suas necessidades alimentares básicas havia se ampliado, chegando a ser cerca de 38% maior do que a população urbana nas mesmas condições de sobrevivência (SCHNEIDER et al., 2005).

Como percebe-se, a inserção dos produtores rurais neste novo sistema produtivo agrícola exige altos investimentos financeiros para a aquisição dos insumos necessários à implementação das tecnologias referentes aos novos padrões de produção. Havendo, então, a necessidade de políticas diferenciadas para subsidiar o desenvolvimento produtivo das diferentes tipologias de agricultores familiares. Complementarmente, Abramovay (1992) chama a atenção para o fato de que os agricultores familiares tem potencial para estarem inseridos nos mercados, e que eles possuem capacidade de absorver o progresso técnico dos novos modelos. Mas o mesmo autor menciona que os agricultores familiares dependem do apoio do Estado para se inserirem num contexto mais amplo de acumulação de capital.

2.5. Políticas públicas para a agricultura familiar: O PRONAF

Dentre os estudos que contribuíram para que o Estado formulasse políticas diferenciadas para a agricultura, destacam-se as pesquisas realizadas pela FAO/INCRA (1994 e 2000). Destaca-se também, a pesquisa realizada pelo Projeto Rurbano¹ (1981 - 1995), sob a

¹ Projeto temático denominado "Caracterização do Novo Rural Brasileiro", 1981/1995, do Núcleo de Economia Agrícola do IE-Unicamp, que contou com a participação de uma equipe de pesquisadores e alunos de pós-

coordenação de José Graziano da Silva, e a pesquisa CUT/CONTAG², coordenada por José Eli da Veiga, em 1998.

Ambas as pesquisas colaboraram para derrubar alguns paradigmas que circundavam o meio rural, evidenciando a nova dinâmica agrícola brasileira e abrindo espaço para outros importantes estudos. Além disso, subsidiaram a compreensão política da importância da agricultura familiar e as análises que buscaram entender o novo papel e resgatar a importância da agricultura familiar no Brasil. Assim, as informações produzidas pelas pesquisas justificaram, do ponto de vista do Estado, a necessidade de políticas públicas para a agricultura familiar, conforme aponta o trecho extraído de Marques (2010):

En los últimos años hubo un importante cambio en la percepción sobre el campo. Se trata del reconocimiento de su diferenciación social y de la afirmación de la identidad de la agricultura familiar y comunidades tradicionales, como sectores importantes para el desarrollo equilibrado y para la propia sostenibilidad del desarrollo de los países. Este reconocimiento culminó con la implementación de políticas públicas de garantía del derecho a la tierra, de fortalecimiento de la agricultura familiar, promoción de autonomía e igualdad de las mujeres campesinas, el etnodesarrollo de las comunidades tradicionales y el desarrollo territorial (Cassel, G – Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil).

Para se pensar em estratégias que culminem no desenvolvimento rural, antes é preciso conhecer as dificuldades de maior relevância desse setor. Nessa linha, os maiores entraves no desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são: baixa capitalização, falta de acesso às linhas de crédito oficiais, assistência técnica, mercados modernos, além da disparidade produtiva entre regiões (BIANCHINI, 2003).

Os problemas enfrentados pelos agricultores familiares no país e as peculiaridades desse segmento, requerem políticas públicas pertinentes, que possibilitem o desenvolvimento das unidades produtivas, fazendo com que essas famílias mantenham-se no campo – evitando o êxodo rural, contribuindo com o desenvolvimento rural, regional e a interação sustentável com o meio ambiente (JUNQUEIRA e LIMA, 2008). Adicionalmente, esses autores acrescentam que as políticas públicas que alicerçam a agricultura familiar estão, basicamente, amparadas sob a esfera de três principais programas: a Previdência Social Rural, como paliativo à exclusão social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que dá garantia de compra a parte da produção agropecuária familiar, e o PRONAF, que vem contribuindo fortemente para o desenvolvimento do setor, principalmente na região Sul do país.

graduação da UFRGS, USP, UFU, UFR e UFAL. O projeto objetivava analisar as transformações do meio rural, comparando alguns dados com o meio urbano, a partir de uma série de estudos.

² O Projeto promoveu o diagnóstico do quadro da organização sindical rural e dos elementos constituintes do modelo de desenvolvimento rural no Brasil, a partir de um grande diagnóstico, o Projeto identificou várias dinâmicas de desenvolvimento e colaborou para reafirmar os conceitos e metodologias voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Nesta concepção, o crédito agrícola é um dos mais poderosos instrumentos de desenvolvimento e de justiça social, sempre e quando forem cuidadosamente planejadas as metas, o público-alvo a ser priorizado, os limites e obstáculos em sua implementação (SACCO DOS ANJOS, WINLSON, CALDAS, GOMES, 2004).

Nesse contexto, evidencia-se a importância da criação de instituições públicas voltadas a oferecer suporte financeiro aos agricultores familiares, historicamente marcados pela ausência do Estado frente a implantação de políticas que visassem o desenvolvimento da categoria. O PRONAF, criado em 1996, é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares e configura um marco histórico para o desenvolvimento agrícola brasileiro.

O Manual Operacional do PRONAF, lançado em 1996, estipula que o Programa possui a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Os objetivos gerais do PRONAF, constantes no Manual, são:

- a) Ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
- b) Viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;
- c) Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- d) Elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- e) Favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado (BRASIL, 2011).

Para atender os objetivos mencionados acima foram criadas frentes de atuação para o Programa - Comercialização, Assistência Técnica e Extensão Rural, Seguros e Crédito -, e no que tange a política de concessão de crédito para financiamento, temos o crédito para custeio (destinado a custear atividades no ciclo produtivo) e o crédito para investimentos (destinado a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção).

As constatações sobre a abrangência e eficácia do PRONAF, segundo Mattei (2005), podem ser caracterizadas em duas fases distintas: a primeira fase compreende o período de 1996 a 1999, (período de implantação do programa) em que se tem um forte direcionamento do crédito agrícola para a manutenção das safras anuais, e baixa intervenção sobre os problemas estruturais de produção dos agricultores familiares; caracterizando um acentuado desequilíbrio na distribuição do crédito, especialmente na região Sul. A segunda fase, a partir do ano 2000, foi caracterizada por uma maior abrangência nacional do programa. Esse fato se dá porque os recursos passam a ser destinados aos agricultores familiares classificados,

conforme sua renda (tipologias). A partir de então houve uma capilaridade do crédito no território nacional, mas ainda com concentração em algumas regiões.

A criação do PRONAF marca um momento singular na história agrária brasileira. O Programa incentivou o desenvolvimento das atividades produtivas de muitos agricultores familiares, mas ainda precisa permear um processo contínuo de melhoramentos para promover a inclusão social das camadas de agricultores familiares em condições mais fragilizadas (tipologias menos favorecidas), desenvolvendo as capacidades produtivas desses agentes e homogeneizando a alocação dos recursos de modo a fortalecer as tipologias e regiões mais carentes (CAZZELA, MATTEI e SCHNEIDER, 2004; SACCO DOS ANJOS, WILSON, CALDAS e GOMES, 2004).

Mattei (2006, p.56) em seu livro “*PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica*” o autor, ao apresentar uma compilação crítica das diversas publicações que versam sobre o tema, avalia os pontos positivos e negativos presentes na maior parte dos trabalhos analisados. Assim, foram considerados os seguintes Pontos Positivos: *promoção da interação dos diferentes atores envolvidos* - através da descentralização política do Programa, ou seja, da criação de mecanismos e instituições que visavam estimular participação dos beneficiários nas tomadas de decisão. *Estímulo a cooperação* - tendo em vista as características do Programa, os produtores buscaram formas cooperadas de produção e de comercialização da produção agropecuária. *Expansão do Programa* - atingiu todos os municípios do país. *Aumento da produtividade* - a produtividade dos pronafianos aumentou quando comparado a produtores não pronafianos. Pontos Negativos: *incapacidade de modificar o modelo produtivista*: o PRONAF não conseguiu mudar os padrões de produtividade vigentes estabelecidos com a modernidade de agricultura. *Dificuldade de promover mudanças além da esfera da agricultura* - modificações, necessários ao desenvolvimento, no âmbito da política local não sofrem interferência do Pronaf. *Ausência de um plano de desenvolvimento sustentável* - o Programa não sustenta nenhum plano para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. *Repasse do crédito* - o sistema bancário não teria apenas a função de repassar recursos públicos, mas de captar poupanças visando atender as mais variadas necessidades da população.

2.6. Considerações finais

Este artigo buscou delinear o panorama geral da agricultura brasileira, a fim de contribuir com um crescente e inesgotável debate acerca dessa modalidade de agricultura, resgatando o entendimento sobre a lógica racional e comportamental dos agricultores

familiares, os eventos, como a modernização agrícola e a intervenção do Estado, através da criação do PRONAF, fatos esses que modificaram a dinâmica vivenciada pelos agricultores familiares.

A partir das considerações apontadas neste trabalho é possível inferir que os pequenos agricultores utilizam os recursos (fatores de produção) de que dispõem da maneira mais econômica possível, tendo em vista a consecução de objetivos determinados. Porém, diferentemente do que pode se pensar o objetivo principal a ser perseguido por esses agentes não é apenas a lucratividade do negócio, mas sim a garantia do bem-estar e da reprodução de suas famílias.

Nesta visão, a modernização agrícola se configurou como um processo intervencionista provocado pelo capitalismo, trazendo ao campo um novo desafio aos pequenos agricultores, fazendo com que a grande parte deles tornarem-se capitalistas, através da integração aos mercados econômicos. Esse processo exigiu a adaptação desses agricultores aos novos modelos produtivistas, firmados pelos mercados e com o apoio do Estado, mas não alterou a racionalidade administrativa deles de priorizar o bem-estar de suas famílias, muitas vezes em detrimento do lucro. A adoção dos “pacotes tecnológicos” fez com que a produtividade aumentasse consideravelmente, mas esse processo acarretou na exclusão dos pequenos produtores, à medida que eles não estavam suficientemente capitalizados para adquirir os novos insumos que forneciam eficiência ao trabalho. Isso fez com que os agricultores familiares perdessem competitividade diante do novo cenário econômico que se molda.

Para inserir os agricultores familiares nos mercados econômicos, face aos novos padrões produtivistas que, em parte haviam modernizado a agricultura brasileira, mas também causado marginalização de muitos pequenos produtores, o Estado articulou eixos de atuação políticos que objetivavam o desenvolvimento da agricultura familiar, um deles, o de crédito subsidiado, através da criação do PRONAF. Aos efeitos diretos e indiretos sobre a promoção do desenvolvimento dos agricultores familiares muito mérito se deve ao PRONAF, mas o Programa ainda apresenta pontos a serem observados com atenção, tais como a ausência de estratégias voltadas para a sustentabilidade econômica dos agricultores e a sustentabilidade do meio ambiente.

Há de se destacar que ainda existe muito espaço para o desenvolvimento da familiar, tendo em conta que no caso do Brasil a amplificação da atividade primária de caráter familiar em direção ao agronegócio é de menor envergadura que no segmento patronal. Porém, diferentemente do que o poder público tem feito até agora, é de caráter prioritário que haja um

plano para o desenvolvimento de ações sustentáveis para as atividades produtivas dos agricultores familiares, que atualmente incorporam no processo produtivo produtos característicos de consumo intermediário, muitos desses altamente danosos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores, bem como com custos de produção elevados para o processo produtivo.

Por fim, resta-nos agora saber se, após inserir os agricultores familiares nos novos moldes produtivistas da modernização agrícola, através do subsídio de crédito, essa categoria conseguiu, de fato, melhorar suas condições econômicas e os demais indicadores econômicos e de eficiência da produtividade ou se a pujança apresentada na produtividade da agricultura familiar é compreendida sob a égide da oferta de crédito barato utilizado na compra dos insumos (crédito para custeio) que aumentam a produtividade, sem que o produtor esteja tendo real benefício (acréscimo de Renda Agrícola). Desse modo, um comparativo entre os indicadores econômicos da agricultora familiar e da patronal poderiam somar na agenda desse estudo, a fim de verificar quais tipos de agricultores apresentam melhor eficiência produtiva.

**3. OS IMPACTOS DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA
FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E AS
REGIÕES NORDESTE E SUL, COM BASE NOS DADOS DO CENSO
AGROPECUÁRIO DE 2006**

RESUMO

Este trabalho avalia em termos econômicos, a intensidade com que agricultores familiares e não familiares do Brasil e das regiões Nordeste e Sul utilizam produtos classificados em consumo intermediário. Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE). Os resultados discriminam que os dois tipos de agricultores estão integrados aos mercados através da aquisição de produtos classificados em consumo intermediário, mas sugerem que existem distinções na intensidade dos impactos que esses produtos exercem nas despesas de agricultores familiares e não familiares, bem como entre as regiões Nordeste e Sul. Nesse caso, evidenciou-se que na região Sul os agricultores familiares realizaram proporcionalmente mais despesas de consumo intermediário do que os agricultores não familiares, porém, como conseguem atingir um valor bruto de produção mais elevado do que os não familiares eles são menos afetados por essa despesa.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura Familiar, Agricultura não Familiar, Consumo Intermediário.

ABSTRACT

This work evaluate in economic terms the intensity which family and non family farming in Brazil use products classified as intermediate consumption both to the northeastern and southern regions. To develop this work we used data of the Brazilian Agricultural Census of 2006. The results discriminate that the two types of farmers are integrated into the markets through the acquisition of products classified as intermediate consumption, but suggests that there are distinctions about the intensity of the impacts of these products in the costs of family and non family farming, as well as between northeastern and southern regions. In This case, it was observed that family farmers in the southern held proportionally more intermediate consumption expenditure than non family farmers. However, as they achieve a higher gross production value per ha than non family farmers, they are less affected by this expense.

KEYWORDS: Family Farming, Non Family Farming, Intermediate Consumption.

3.1. Introdução

A modernização agrícola, ocorrida no pós-guerra, em meados da década de 40 nos países industrializados e por volta dos anos 60 no Brasil, promoveu uma das mais marcantes e intensas transformações já vivenciadas pela agricultura brasileira: a modernização. O objetivo desse processo era aumentar a produtividade no campo, e para tal, foram focalizadas ações que se constituíssem em mudanças nas bases tecnológicas da produção. Na concepção de Ploeg (1992), a chamada modernização da agricultura ocorre quando um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho na propriedade rural e é assimilado por organismos externos. Nesse sentido, houve um processo de intensificação da exploração da terra e do aumento na produtividade por conta do uso intensivo de insumos modernos, mas em ritmos distintos para os diversos produtos e regiões (Kageyama, 1986). Para De França et al. (2010) o aumento da produtividade física das principais culturas de lavouras no Brasil foi superior a 40%.

Enquanto houve a intensificação no uso de insumos industrializados, o que gerou o aumento da produção, este último acontecimento ocasionou uma queda dos preços pagos aos produtores, ocasionando em impactos negativos para economia agrícola (Mattei, 2006). De fato, o aumento da produtividade no campo foi constatado, tendo em vista os recordes das safras agrícolas brasileiras nos últimos tempos. Uma vez conquistado este objetivo, era esperado que o processo de modernização alterasse também a situação financeira dos agricultores. Entretanto, duas situações puderam ser evidenciadas: a queda dos preços agrícolas, que pode ser justificada pelo aumento da produtividade, e a elevação considerável dos gastos para produzir, em função do aumento intensivo do uso de produtos classificados como consumo intermediário, motivado pela modernização agrícola.

Souza e Borinelli (2009) incorporam em seus estudos a importância de compreender as terminologias utilizadas para denominar gastos com produção. Enquanto custo é um termo que se usa para caracterizar todos os recursos utilizados diretamente no processo produtivo como, por exemplo, os insumos, salários e encargos de funcionários da produção; a despesa é entendida como um recurso sacrificado no esforço de obter receita, tal como aluguel de prédios, salários e encargos de funcionários da contabilidade, por exemplo; e o gasto é toda aquisição de bens e serviços que gera sacrifício para a empresa. Isso significa que os custos e as despesas são, também, gastos.

Nessa concepção o Consumo Intermediário é um custo produtivo que é caracterizado por Kageyama et al (1990) como sendo a medida da parcela do produto que é destinada à compra de insumos externos, ou seja, Consumo Intermediário é o valor de todos os insumos

que entram no processo produtivo, exceto a força de trabalho. Nesse caso inclui os gastos com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

No Rio Grande do Sul, a reação a um impacto negativo que o consumo intermediário vem causando na agricultura, pode ser visualizada através do recente movimento concebido pela FETRAF-SUL. Esse movimento incorpora um debate regional, mas de amplitude nacional, sobre o aumento dos preços dos insumos agrícolas e suas repercussões sobre os preços dos alimentos. O fato, por exemplo, de o Brasil importar 70% dos insumos e o Rio Grande do Sul 100% da matéria-prima para a formulação dos fertilizantes, particularmente em períodos de aumento do consumo mundial de alimentos, impacta na rentabilidade do setor agrícola. Uma das saídas, que seria o aumento dos índices de produtividade, não tem se demonstrado suficiente para absorver o impacto do aumento dos custos de produção, caracterizando um verdadeiro “estrangulamento” da rentabilidade da agricultura.

Algumas evidências mostram que vários tipos de culturas produzidas em sistemas agrícolas que não incorporam ou que incorporam com menor intensidade a chamada tecnologia moderna, conseguem obter um bom custo-benefício (Graziano Neto, 1985; Mazzoleni e Nogueira, 2006). Dados apresentados por Graziano Neto (1985) mostram que “... na maioria dos países capitalistas a produtividade por ha é superior nas pequenas e médias explorações, apesar das propriedades agrícolas de maior capacidade aportarem recursos de capital muito superiores”. Somado a isso, os gastos com consumo intermediário, através da aquisição de insumos industriais, aumentaram progressivamente, especialmente para estabelecimentos que possuem pequenas proporções de terra, os quais estão sendo inseridos no processo de acessibilidade a créditos financeiros e nos circuitos mercantis, provocados pela modernização (PLEIN, 2006; NIERDELE, 2007).

Neste debate, o crédito rural, importante instrumento desenvolvimentista, não pode ser excluído. Dados do Banco Central do Brasil² apontam que em 2006 mais de 2,5 milhões de contratos de Pronaf foram realizados no Brasil, contra pouco mais de 1,5 milhões em 2011, discriminando uma queda que gira em torno de 40% no número contratações desse tipo de crédito para o período. Chrysostemos (2009) relaciona que o enxugamento do número de contratos de crédito financeiro dos últimos anos, via Pronaf, foi motivado pela alta inadimplência dos agricultores familiares. O autor justifica que esse índice – inadimplência - não pode ser evidenciado através dos dados oficiais que fazem tal representação, tendo em

² Ver dados disponíveis em www.bcb.gov.br

vista que uma grande quantidade de contratos foi renegociada, não expressando assim, o verdadeiro índice de inadimplência do setor agrícola familiar.

Estas informações indicam duas das principais características da agricultura brasileira: altamente dependente de insumos industrializados e endividada. Diante dessas constatações, as preocupações desta pesquisa estão voltadas para a importância do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar e em que medida esta variável é diferente entre as regiões Nordeste e Sul, para estes tipos de produtores.

A importância desse tema originou-se do “Acordo de Cooperação Técnica entre IPEA e UFRGS/PGDR”, que foi celebrado entre as instituições em 2009 e desenvolvido ao longo de 2010 e 2011. Por intermédio desta cooperação, via “Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006”, foi possível desenvolver diversos subprojetos, dentre os quais o “Subprojeto 3 – **Os impactos do consumo intermediário na agricultura familiar e não familiar: uma análise comparativa entre estados e regiões do Sul e do Nordeste brasileiros**” que originou, entre outras, o desenvolvimento desta pesquisa.

Neste contexto, e a partir dos dados disponibilizados por este acordo permeou-se o objetivo geral que consistiu em analisar as despesas de consumo intermediário dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar no Brasil e regiões Nordeste e Sul. Então, uma vez caracterizado o objetivo geral da pesquisa, vêm à tona os objetivos específicos do trabalho, que residem em: a) Identificar os principais gastos dos estabelecimentos agropecuários; b) Avaliar a participação de gastos dos principais componentes do consumo intermediário; c) Estabelecer relações que sinalizem a situação econômico-financeira dos estabelecimentos. Isso se dará com base em dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006.

A partir destes objetivos, apresenta-se uma revisão de literatura que discorre sobre o contexto da agricultura no Brasil. Na seção seguinte, os dados e os procedimentos metodológicos são expostos. Consecutivamente, os resultados são descritos e discutidos, para finalmente, apresentarmos as considerações finais.

3.2. Referencial teórico

3.2.1. A mercantilização do rural brasileiro

A compreensão da antiga dinâmica rural era bastante simples de ser entendida: havia geralmente um produto de valor comercial mais expressivo que era destinado à exportação e

se o preço estivesse num patamar interessante para o produtor, ele organizava a produção de modo a alocar boa parte dos recursos no processo produtivo. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para atividades internas, destinadas à subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva, pois no interior das fazendas, além da produção de mercadorias agrícolas também eram produzidas manufaturas, equipamentos simples de produção, transporte e habitação. Mas com a suspensão do tráfico negreiro, a crise de 1929 e com a forte pressão para a industrialização e modernização da agricultura, houve uma severa modificação na dinâmica de produção agrícola (KAGEYAMA, 1990).

Ploeg (2010) chama a atenção para nova dinâmica imposta ao campo e alerta para o fato de que ao invés de autonomia, existe agora uma densa e ampla rede de relações de dependência que incide tanto sobre o acesso aos insumos quanto sobre o escoamento da produção. Nesse novo cenário, se antes os produtores conseguiam organizar e desenvolver a produção de insumos dentro da própria unidade produtiva, com a criação dos modernos “pacotes tecnológicos” advindos do processo de modernização do campo e que potencializam a produtividade, esses agricultores passam a absorver mais insumos industrializados na produção e assim externalizam partes desse processo produtivo, à medida que deixam de realizar determinadas atividades que compõem etapas da produção, transferindo-as a agentes externos. Esse contexto é um nítido reflexo dos processos de modernização e industrialização do espaço rural (ARAÚJO e SCHUH, 1975; ALBUQUERQUE e NICOL, 1987).

Enquanto que a modernização é entendida como sendo a mudança nas bases técnicas da produção agrícola, trazendo a mecanização para o contexto dos sistemas produtivos, e transformando o modelo de produção artesanal dos camponeses em um modelo produtivista, a industrialização envolve a ideia de que a agricultura está se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, que compra insumos e produz matérias-primas para outros setores da economia. (PAIVA, 1971; KAGEYAMA, 1990).

Esse estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados é denominado de mercantilização, e esse fenômeno ocorre, basicamente, em paralelo com as seguintes situações: a) O desaparecimento de uma parcela de autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos econômicos dos agricultores e; b) O fortalecimento das relações de trocas em detrimento da reciprocidade familiar dos agricultores (CONTERATO, 2008).

A mercantilização dos espaços rurais assume, nesse âmbito, sua máxima expressão, na qual se percebe a transformação das relações sociais acompanhada de uma intensa busca pela ampliação do nível de ingresso econômico familiar, imposta pelos mercados econômicos, e

caracterizada nesse caso, pela especialização produtiva e o incremento da produtividade dos fatores de produção.

Neste cenário, a característica mais marcante do campo é a decadência do “complexo rural” e a formação do “complexo agroindustrial” (CAI) que representa a nova forma de organização da atividade agrícola depois da sua modernização e industrialização. A agricultura passa a ser inter-relacionada com outras atividades, estabelecendo vínculos diretos com a indústria. Segundo Silva (1996), nos CAIs completos, a agricultura está ligada diretamente com a indústria a montante e a jusante, ou seja, se relaciona com os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos e com as agroindústrias processadoras dos seus produtos. O CAI é um conjunto de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e que exigem a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos. (KEYAMA, 1990).

Castro (2001) entende que o funcionamento de uma cadeia produtiva ocorre quando há um mercado consumidor (pessoas que pagam e consomem o produto); uma rede de atacadistas e varejistas, indústria de processamento e/ou transformação do produto; sistemas produtivos e os fornecedores de insumos (adubos, defensivos, máquinas, implementos e outros serviços). O estudo dessas cadeias se constitui em uma etapa útil, por exemplo, na identificação das vocações e das desvantagens competitivas das regiões, seja analisando áreas dentro de um mesmo país ou de regiões diferentes, orientando as estratégias passíveis de serem adotadas para a obtenção do melhor desempenho (CASTRO et al., 2001).

Abramovay (1999) e Abreu (2005) consideram que uma das formas dos pequenos agricultores familiares se incluírem nas cadeias produtivas é por meio de cooperativas, que facilitam o acesso dessa categoria ao crédito financeiro e promovem a integração desses produtores aos mercados, tanto na etapa de aquisição de insumos produtivos como na venda da produção. Nesse caso, o sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de produtores, geralmente com uma base cultural comum, envolvidos com atividades agropecuárias específicas. Este grupo se reúne sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, voltado especialmente para ganhos de escala e de poder perante fornecedores e clientes. Este autor acredita que o cooperativismo, principalmente o agropecuário, pode ser a solução para muitos dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, visto que sofrem constantemente, com as dificuldades para sobreviver perante a crescente globalização econômica. Serve como papel de horizontalização e verticalização da produção (como exemplo pode-se citar a compra de insumos diretos de fábricas e em maiores quantidades, gerando custos menores) (ILHA, 2006). Enquanto os sistemas cooperativistas

tem uma dinâmica que os distinguem da agroindústria privada à medida que estão enraizadas nos recursos de uma região específica e a sua “razão de ser” é a valorização da produção de seus membros, para a agroindústria privada a produção agrícola é simplesmente um insumo a ser obtido sob as condições mais favoráveis possíveis, mesmo que isto signifique mudança de investimentos para fora da região ou a importação de produtos de outros lugares e países (WILKINSON, 1997).

A região Sul do país concentra um expressivo número de cooperativas, além de possuir atuantes forças sociais de agricultores familiares, contanto com a presença de movimentos representativos dessa categoria, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-RS) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fretraf Sul). O grande número de cooperativas de crédito, sediando os principais sistemas de crédito cooperativo do Brasil com atuação rural nessa região e redes de comercialização das agroindústrias familiares, se faz presente nessa região e prova disso são os dados do Censo Agropecuário de 2006 que confirmam essa afirmativa ao demonstrar que na região Sul 15% dos estabelecimentos agropecuários estavam associados a cooperativas. Por outro lado, esse percentual na região Nordeste cai para 0,5% dos estabelecimentos.

Concomitantemente ao surgimento e adesão dos agricultores às cooperativas ocorre também uma maior integração dessa categoria aos mercados agroindustriais. À medida que o vínculo dos agricultores com as cooperativas se aprofunda, aumenta o grau de controle sobre o processo produtivo dos agricultores, muitas vezes implicando em: a) maior rigor em relação à aplicação das recomendações técnicas a serem seguidas e por isso, os agricultores tem menos elementos para gerenciar quando adotam os pacotes tecnológicos; b) acompanhamento mais rígido do tempo de produção e das metas a serem alcançadas e um engessamento crescente dos custos fixos de produção, o sempre acaba afetando a margem de lucro do produtor; c) dependência em relação às cooperativas para a aquisição de insumos e de crédito (SCHNEIDER, 2006). Nota-se ainda, que alguns sistemas agroindustriais brasileiros se beneficiam duas vezes com os associados: a primeira porque delegam a ele a função de fornecedor de matérias-primas para a transformação na indústria e depois porque vendem insumos para esses agricultores produzirem, tais como fertilizantes, rações, defensivos agrícolas, etc. (WILKINSON, 1997).

3.2.2. A evolução da eficiência produtiva: Produtividade Total dos Fatores - (PTF)

O crescimento econômico depende, especialmente, da habilidade de um país em transformar insumos e recursos (fatores de produção) em produtos ou bens finais de forma mais eficiente. A essa característica se dá o nome de produtividade e ela pode ser mensurada através da Produtividade Total dos Fatores - PTF (Tavares, Ataliba e Castelar, 2001). A PTF representa o valor adicionado gerado por determinado setor da economia num período de tempo. A equação genérica que expressa a PTF é a seguinte:

$$PTF = 100 \cdot \frac{Q(t)}{w_0 \cdot L(t) + r_0 \cdot K(t)}$$

Onde:

$Q(t)$: é um número índice da produção (valor adicionado) num período t

$L(t)$: é o número de unidades de mão-de-obra no período t

w_0 : é o valor do salário por unidade de mão-de-obra no período

r_0 : é a remuneração por unidade de capital no período

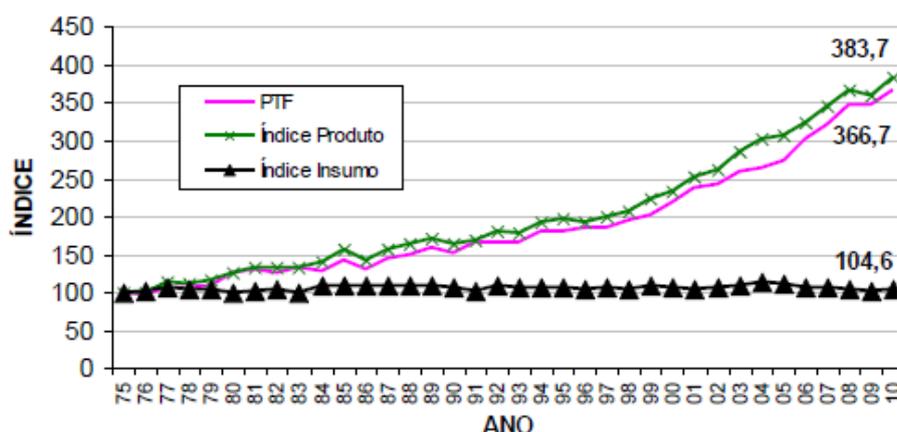
$K(t)$: é o valor do capital correspondente ao período t

No caso da agricultura, a PTF tem um significado importante para as análises econômicas. E no âmbito das pesquisas nacionais muitas contribuições sobre as análises de dados e informações a respeito da PTF nesse setor podem ser referenciadas. Entre as mais atuais temos Gasques e Conceição (1997; 2000; 2001, 2009), Avila (2007), Gasques et al. (2004). Nessa vertente, destacam-se os trabalhos de Gasques, Bastos, Bacchi e Valdes (2010) e Gasques et al. (2010), onde este último ilustra a evolução dos índices do produto, insumos e da PTF, conforme o Gráfico 1.

A Produtividade Total dos Fatores é a diferença entre o crescimento do produto e o crescimento dos insumos. Para construir o índice do produto são necessárias as informações de quantidades produzidas e de valor. A construção do índice de produto é obtida pela agregação da pecuária, produção vegetal e agroindústria rural. Na construção do índice de insumo estão incluídos dados sobre a terra, mão-de-obra e capital (máquinas, defensivos e fertilizantes).

O índice de produtividade a partir de 1995, ou seja, quando o índice da PTF aumenta, evidencia-se um acentuado crescimento das ocupações de terras em regiões novas como o Centro-Oeste. Esse período também é marcado pela concessão de grandes subsídios ao crédito rural e por um padrão de crescimento no qual se introduzia de forma crescente a tecnologia na agricultura (GASQUES et al., 2010, p. 32 *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1998). Além disso, a criação de instituições como a EMBRAPA e cursos de pós-graduação a partir dos anos 70, trouxeram eficiência produtiva e fizeram do Brasil um exemplo para o mundo em como transformar recursos naturais inaproveitados em recursos produtivos (CONTINI et al., 2010).

Gráfico 1. Evolução da PTF, do Índice de Produto e do Índice de Insumo - Brasil (1975 a 2010).

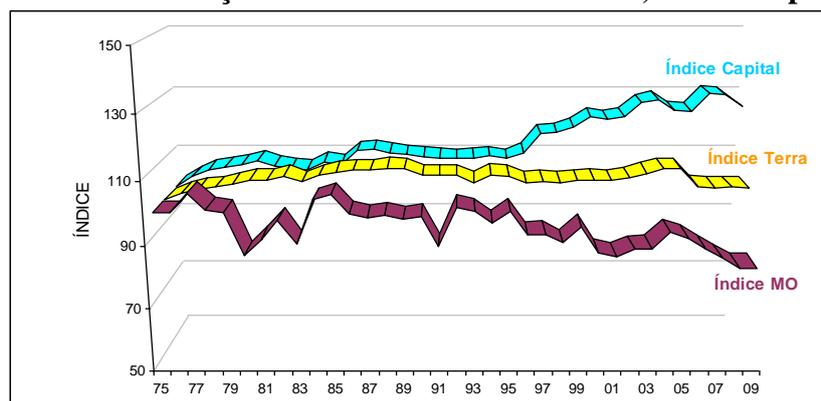


Fonte: Gasques, Bastos e Bacchi 2010.

A análise dos índices de produtividades parciais, ou seja, quando se considera apenas um dos insumos por vez (produtividade do trabalho, do capital e da terra), através da compreensão do Gráfico 2 e da Tabela 1, ajudam a entender melhor a dinâmica das transformações nos índices de produtividade apresentados no Gráfico 1.

De acordo com o Gráfico 2, Gasques et al. (2010) acrescentam que existe uma tendência de elevação do índice de capital, em contraposição ao índice de mão de obra, que apresenta queda no período, configurando assim, uma curva crescente para o índice de capital e decrescente para o emprego rural.

Gráfico 2. Evolução dos índices de mão de obra, terra e capital



Fonte: Gasques, Bastos e Bacchi (2010)

Gasques et al (2010) detalham estes resultados ao explicar que as áreas de terras ao longo do período 1975 a 2009 passaram de 209 milhões de hectares (lavouras e pastagens) para 219 milhões de hectares. A participação desse fator no custo total que era de 38,3% no início do período passou para 36,2%. Significa que a terra continua um importante componente nos custos da agricultura. Mão-de-obra cujo pessoal ocupado era de 14,3 milhões de pessoas passou para 12,0 milhões em 2009. Sua redução no custo foi expressiva, passando de 55,0% do custo de produção para 39,0% do início do período até 2009. Por fim, máquinas agrícolas automotrizes, cuja participação nos custos dobrou no período, passando de 4,2% do custo para 8,8%.

A Tabela 1 contribui com o entendimento sobre os fatores motivacionais do aumento da PTF da agricultura brasileira ao apresentar os índices das fontes de crescimento do produto agropecuário por período. Assim, em média, no período 1975 a 2010 o produto cresceu 3,74% ao ano, conforme se observa na Tabela 1. Nos últimos 10 anos o crescimento foi de 4,75%, e nos últimos 5 anos de 3,81%.

Tabela 1. Fontes de crescimento da agricultura brasileira. Taxas de crescimento dos índices parciais de produtividade: trabalho, terra e capital – Brasil (1975 a 2010).

	Taxas médias anuais de crescimento			
	1975-2010	1991-2010	2001-2010	2006-2010
Crescimento do produto (PTF +Insumos)	3,74	4,65	4,75	3,81
Fontes de crescimento				
Insumos (Capital + Terra + Trabalho)	0,12	0,05	-0,53	-0,89
Trabalho	-0,24	-0,43	-0,50	-1,00
Terra	0,01	-0,07	-0,29	-0,12
Capital	0,35	0,56	0,26	0,22
Produtividade Total dos Fatores (PTF)	3,62	4,6	5,31	4,75

(1) Capital inclui fertilizantes, defensivos e máquinas

Fonte: Gasques, Bastos, Bacchi e Valdes (2010).

No período como um todo há um crescimento de 0,12% ao ano no uso de insumos. Por outro lado, o crescimento do produto (3,74%) é mais expressivo. E, como a taxa de crescimento da PTF (3,62%) é obtida pela diferença entre o crescimento do produto (3,74%) e o crescimento do uso de insumos (0,12%), O aumento da PTF, é justificado pela melhoria da eficiência produtiva. Esse padrão de crescimento da PTF é bastante diferente daquele caracterizado no início da modernização agrícola, ou seja, as décadas de 1970 e 1980, onde o crescimento da produtividade era motivado pelo aumento no uso de insumos (GASQUES e CONCEIÇÃO 2000; GASQUES, BASTOS, BACCHI e VALDES 2010).

Gasques et al. (2010) ainda compara a taxa de crescimento da produtividade total entre o Brasil e os Estados Unidos, afirmando que o crescimento da produtividade da agricultura brasileira entre os anos de 1990 e 1999 resultou em uma taxa média anual de 3,30%, enquanto que a americana apresentou uma média de 1,57% a.a. É constatado que os índices da Produção Total dos Fatores de países desenvolvidos como a Austrália, algumas regiões do Canadá e os Estados Unidos apresentam uma desaceleração no crescimento desse índice nos últimos anos, enquanto que países como a China e o Brasil, ganharam em produtividade agrícola. Especialmente o Brasil, que nos últimos anos vem colhendo os benefícios de um forte investimento em pesquisas agrícolas (FUGLIE, 2010).

Nesta tentativa de explicar os fatores que interferem na produtividade, a FAO (2011, p. 40) estima que os principais condicionantes para o crescimento do índice da PTF são: os dispêndios em pesquisa, extensão, escolaridade e infraestrutura. No entanto, apesar dos investimentos para aumentar o índice de produtividade, os ganhos relacionados a esse indicador, ao se traduzirem em queda de preço, tendem, sob a ótica do produtor, a não se sustentarem no longo prazo (GASQUES et al., 2004, p. 23). Buainain e Vieira (2009) complementam as análises afirmando que os aumentos de produtividade, em geral, estão associados às reduções dos preços agrícolas, e a redução da renda dos produtores, já que essa foi mitigada pela elevação da produtividade da terra e pelo aumento da participação dos produtos de consumo intermediário.

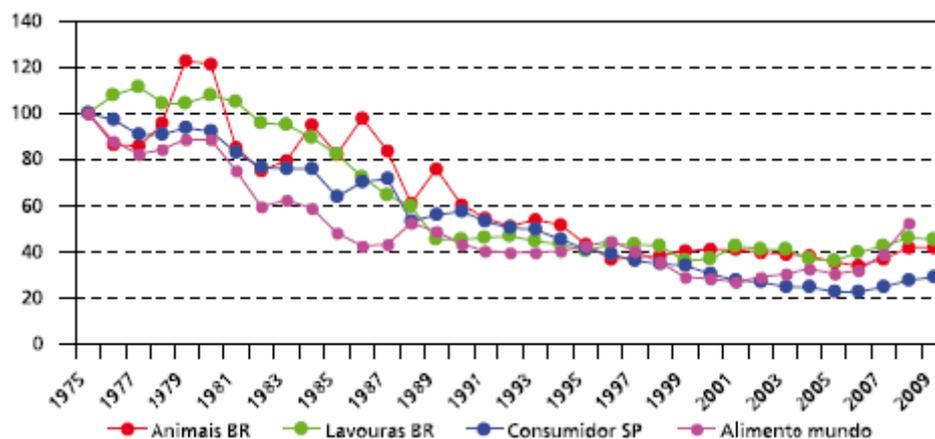
3.2.3. A dupla pressão sobre a agricultura

De fato, o aumento da produtividade no campo foi constatado, tendo em vista os recordes das safras agrícolas brasileiras nos últimos tempos. Uma vez que este objetivo foi conquistado, seria de se esperar que o processo de modernização alterasse, também, a situação financeira dos agricultores. Entretanto, duas situações puderam ser evidenciadas: a queda dos preços agrícolas, que pode ser justificada pelo aumento da produtividade, e o aumento

considerável da participação das despesas dos agricultores para produzir, em função do aumento intensivo do uso de produtos classificados como consumo intermediário, motivado pela modernização agrícola.

Os exemplos desta situação estão representados nos Gráficos 3 e 4. O Gráfico 3 evidencia a queda real – cerca de 75% – nas cotações em dólares dos preços mundiais dos alimentos no período de 35 anos, fato que se repete no Brasil para produtores e consumidores. Uma reversão de tendência se deu em 2007-2008, por conta da crise das *commodities*. No cenário externo, três fatores parecem compor o quadro que levou a tão expressiva queda de preços: i) a concentração mundial das empresas que operam a jusante e a montante da agropecuária (verticalização da cadeia); ii) o amplo protecionismo dos países mais ricos à sua agropecuária; e iii) o aumento da produtividade agrícola (BARROS, 2010).

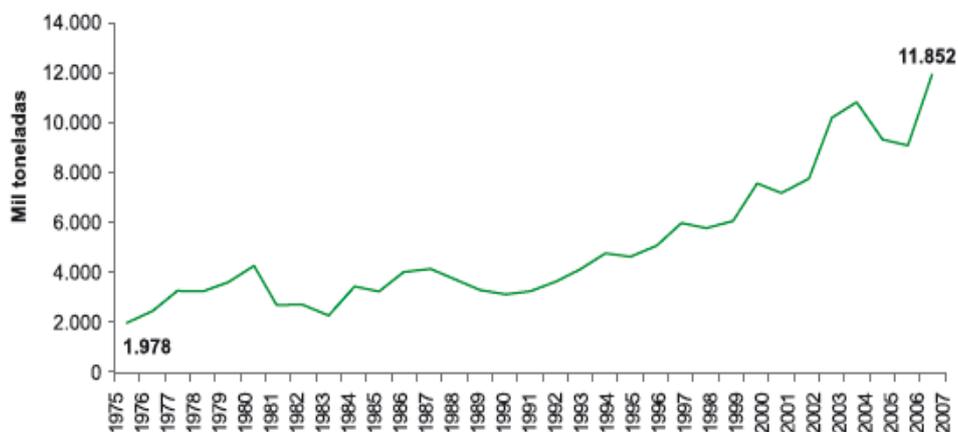
Gráfico 3. Evolução dos preços agrícolas no Brasil, e dos alimentos no Brasil e no mundo 1960-2008 (US\$)



Fonte: Barros (2010).

O Gráfico 4 discrimina a evolução no consumo de fertilizantes como sendo um dos indicadores do processo de modernização ocorrido na agricultura nos últimos anos. Na concepção de Contini et al. (2010) o aumento no uso de fertilizantes na agropecuária brasileira está relacionado a recuperação da fertilidade dos solos, e, em áreas com pouco uso produtivo, como o Cerrado, para a correção dos solos.

Gráfico 4. Evolução do consumo aparente de fertilizantes - Brasil (de 1975 a 2007).

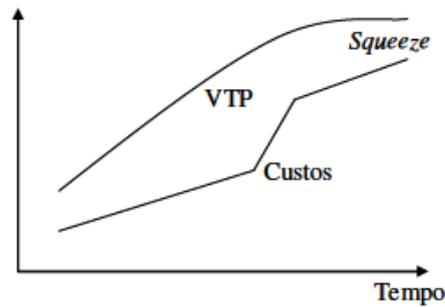


Fonte: Contini et al. (2010).

A situação apresentada nos Gráficos 3 e 4 (queda nos preços das *commodities* e evolução do consumo de fertilizantes) sinaliza a ocorrência que Owen (1966) chamou de duplo *squeeze* da agricultura. Conforme a Figura 2 apresenta, o primeiro *squeeze* é caracterizado pela pressão de grupos agroindustriais do agronegócio que forçam para baixo os preços pagos pelos produtos aos agricultores, e o segundo *squeeze* é marcado pelo aumento dos custos de produção, já que os produtores estão intensificando cada vez mais a utilização de produtos de consumo intermediário.

Para Owen (1966) a pressão do mercado competitivo força a produção crescente dos alimentos a custos progressivamente mais baixos. Isto significa que, nestas circunstâncias, os benefícios do progresso tecnológico na agricultura são automaticamente transferidos para os intermediários da produção e os consumidores, tão logo o impacto cumulativo das inovações tecnológicas aumente a oferta global de produtos primários, o que produz queda nos preços médios. Esta tendência geral é muitas vezes atribuída à própria dinâmica do setor. Ao passo em que os produtores de mercadorias compram insumos em mercados oligopolizados (poucas firmas produzem os insumos e por isso podem interferir no preço dos insumos aos produtores) e comercializam suas produções em mercados concorrenciais (muitos produtores produzindo e por isso não podem influenciar o preço de venda).

Figura 2. O *squeeze* da agricultura



Fonte: Ploeg *et al.* (2000).

Neste entendimento, Ploeg (2006) alerta que “*as relações na agricultura estão em crise*”. Na visão do autor essa “crise” se deve às pressões externas exercidas sobre os agricultores: de um lado, há uma intensificação no uso de produtos de consumo intermediário, o que faz com que haja aumento dos custos produtivos, do outro, a estagnação ou mesmo queda dos preços de venda. O resultado disso é que há um crescente aumento da dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, o que se configura como um agravante na situação dos agricultores familiares, já que nesse caso os custos com a produção impactam sobre um resultado econômico de escala produtiva limitada e, dessa forma, a intensidade desse impacto em relação ao lucro auferido é ainda mais preocupante, havendo, nesse caso, uma redução da margem de lucro dos agricultores.

Como reflexo dessa situação em que os pequenos produtores são os mais afetados pelo *squeeze* da agricultura, a produção agrícola está cada vez mais concentrada com grandes empresas do agronegócio, tendo em vista a necessidade de aumento da escala produtiva e a demanda pelo uso de modernas tecnologias. No entanto, o agricultor que adota a última palavra em tecnologia não está participando de um mercado sustentável por si só. Isso ocorre porque como resultado da implantação de novas tecnologias, esse agricultor percebe a redução dos custos de produção unitária, já que ele consegue obter melhor produtividade com o aumento do *output* da produção e assim obtém lucros. Mas outros produtores também irão adotar novas tecnologias e assim conseguirão melhorar a produtividade. Mais produtos no mercado forçarão a queda dos preços das *commodities*. A ideia é de que o sistema de pesquisa agropecuário e a indústria de insumos produzem inovações tecnológicas mais produtivas e redutoras de custos de produção, que, quando difundidas, acabam se refletindo em menores preços dos produtos. Pressões desse tipo dão origem ao que é conhecido como *treadmill* (ARAÚJO e SCHUH, 1975; VEIGA, 1994).

Este processo, por sua vez, mitiga rapidamente os lucros dos agricultores, que constituem a vanguarda no processo de mudança tecnológica, necessário para a continuidade das atividades no campo; trazendo precárias condições de desenvolvimento rural as famílias rurais e fazendo com que o campo seja um exportador de renda para outros setores da economia (PLOEG, 2006).

Neste cenário em que os custos de produção constituem importantes fatores do processo produtivo, se incorpora a compreensão sobre a interferência dos produtos de consumo intermediário, grandes vilões dos custos de produção, sobre o resultado econômico dos estabelecimentos agropecuários e a racionalidade econômica que os agricultores familiares e não familiares utilizam nesse processo.

3.2.4. O consumo intermediário e a racionalidade econômica dos agricultores

O consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo produtivo (exceto a força de trabalho). Estão incluídas as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens, além de outros produtos que possam ser considerados insumos ou matérias-primas (KAGEYAMA, 1990).

O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre os custos de produção foi uma consequência da modernização do campo. Essa constatação é preocupante, a medida que a proporção de consumo intermediário sobre o valor da produção (VP) ou valor bruto da produção (VBP) revela o grau de dependência que os agricultores tem a agentes externos para a aquisição dos fatores de produção; fenômeno também descrito como externalização (KAGEYAMA, 1990; PERONDI, 2007; NIERDELE, 2007).

Como se pode observar na Tabela 2, o consumo intermediário sobre o valor de produção, que em 1939 representava 10%, ao final da década de 60 assume a proporção de 25%, e nos anos 80 chega a quase 40%. Nota-se que a intensificação desse crescimento ocorre na década de 60, quando há a industrialização da agricultura. O Estado desempenhou um papel importante nesse processo: estimulou o crédito rural e a expansão das indústrias por meio de vários incentivos (KAGEYAMA, 1990).

Tabela 2. Proporção de consumo intermediário/valor bruto de produção (em %) na agricultura – Brasil (1939 – 1980).

Ano	Consumo Intermediário/VBP (em %)	Taxa anula de variação (% ao ano)
1939	10,0	—
1949	11,1	1,0
1954	13,2	3,5
1959	14,3	1,6
1965	21,5	7,0
1968	25,1	5,3
1970	27,6	4,9
1975	34,4	4,5
1980	38,7	2,4

Fonte: Kageyama (1990).

Marques et al (1987) identificaram a presença dos produtos oriundos destas indústrias na produção agrícola paulista: 77% dos produtos de consumo intermediário eram industrializados, contra 23% de origem agrícola. Essas investigações corroboram com as pesquisas de Ribeiro e Gheventer (1983), que também demonstram um crescimento percentual no uso de produtos de consumo intermediário de origem industrial, sendo esse mais acelerado do que os de origem agrícola, indicando maior grau de dependência dos agricultores aos mercados.

As despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de despesas realizadas pelas unidades produtivas, contra 32% das despesas com investimentos e manutenção e 24% das despesas com remuneração do trabalho. Entre as despesas de produtos de consumo intermediário que exerceram maior representatividade sobre o total de gastos estão: adubos (15%), combustíveis e lubrificantes (9%) e os defensivos (6%) (MARQUES et all,1987).

Ribeiro e Gheventer (1983) acrescentam ao debate à medida que trazem dados sobre a interferência do CI/VBP, comparando Brasil, regiões e estados. Em quase uma década, enquanto a proporção do CI/VBP decresceu no Nordeste (de 25,96% para 22,97%) na região Sul essa proporção aumentou (de 30,05% para 36,14%). Essas variações no uso de consumo intermediário entre essas regiões decorrem da queda nas áreas cultivadas com produtos como a cana-de-açúcar e o café, enquanto que o aumento de áreas cultivadas com soja e trigo que na época ganhavam impulso no Sul, elevando a demanda por produtos de consumo intermediário. Ao analisar a agricultura regional brasileira Hoffmann et alii (1985) observam que, embora essas características entre a agricultura da região Nordeste e a Sulista já fossem marcantes devido a própria evolução histórica, essas peculiaridades foram acentuadas por

conta das políticas de desenvolvimento produtivistas que foram desiguais para essas regiões; desfavorecendo a agricultura da região Nordeste e fornecendo subsídios para a agricultura na Região Sul.

Além das peculiaridades pertinentes aos espaços geográficos que demonstram as diferenciações no uso dos produtos de consumo intermediário alguns autores (ver PAYÉS, 1997; CANZIANI, 2001; GUANZIROLI et al., 2001; LIMA, 2005; SOUZA FILHO e BATALHA, 2005, etc), admitem que o pequeno produtor rural, seja ele classificado na agricultura familiar ou mesmo sendo apenas um pequeno agricultor, possui racionalidade econômica diferenciada no que tange ao comparativo com os agricultores que produzem em larga escala produtiva. Essa racionalidade econômica diferenciada com que os pequenos produtores rurais administram e executam as atividades da unidade produtiva constitui ser um dos principais aspectos que impactam no resultado econômico das unidades de produção agropecuária.

Os agricultores familiares costumam adotar sistemas intensivos e diversificados de produção, à medida que optam por modais que visam maximizar o resultado físico e econômico por unidade de superfície, através de um dispêndio importante de trabalho e/ou capital fixo e circulante proporcionalmente à superfície. Para Guanziroli (2000) apenas 11,5% dos estabelecimentos familiares no Brasil apresentam uma produção *muito especializada*, em que um único produto atinge 100% do valor bruto de sua produção. A adoção de sistemas diversificados de produção permite obter um valor agregado e uma renda mais elevada por hectare do que os sistemas extensivos, ao contrário dos sistemas extensivos que serão rentáveis apenas em superfícies maiores, além da área mínima para reproduzir uma unidade de trabalho também ser maior nos sistemas extensivos (LIMA, 2005).

Diante da lógica diferenciada com que esses agricultores planejam e executam as atividades da propriedade agropecuária, uma elevação das despesas com a produção resultaria, por exemplo, na decisão de diversificar a produção e/ou intensificar o trabalho da família a fim de reduzir a dependência de recursos externos, em lugar de reduzir a área plantada e a produção corrente, como provavelmente fariam os produtores capitalistas. É possível “baratear” reduzindo a quantidade de insumos, mesmo que isso possa acarretar queda de produtividade e maiores riscos produtivos (BUAINAIN, 2009).

Os produtores familiares, tendo em vista que possuem extensões de áreas mais limitadas do que os patronais, tendem a aproveitar mais as terras, obtendo um valor bruto de produção por hectare mais elevado. Enquanto que os patronais tenderão a usar as melhores partes de suas terras e como possuem esse fator de produção em maior abundância, são mais

propensos a utilizar sistemas intensivos de produção, destinando o restante da área a um sistema mais extensivo, como pecuária ou cana-de-açúcar, que tem menores rendimentos por unidade de área do que outros como feijão, soja ou fruticultura, ou mesmo deixando a terra ociosa (GUANZIROLI et al., 2001).

3.3. Dados e procedimentos metodológicos

A realização do Censo Agropecuário de 2006 trouxe luzes à compreensão das distinções dos universos da agricultura familiar e não familiar do Brasil, uma vez que foi o primeiro estudo censitário a indicar dados e informações separadamente para essas duas modalidades de agricultura. Esses resultados, em muito, contribuem para o aperfeiçoamento das políticas públicas, pois ajudaram a delimitar quantos são, onde se encontram, como e o que produzem os agricultores familiares e não familiares no país.

Neste contexto de importância, por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre IPEA e UFRGS/PGDR, foi possível acessar os dados do Censo Agropecuário 2006, originando-se daí o Subprojeto 3 intitulado de “O impacto do consumo intermediário na agricultura: uma análise entre estados e regiões do Sul e do Nordeste brasileiros”, do qual o presente trabalho é um dos resultados. Os dados do Censo Agropecuário 2006, disponibilizados através desse acordo, possibilitaram avaliar os impactos do consumo intermediário para agricultores familiares, classificados através da Lei nº 11.326, e de agricultores não familiares, no Brasil e nas regiões Nordeste e Sul. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo segue a linha proposta por Lima et al (2005).

Nesta concepção, os autores propõem medidas de desempenho econômico e exploram fatores determinantes para avaliar o desempenho das unidades produtivas, e que devem ser considerados nas análises de diagnóstico dos sistemas produtivos das propriedades, como veremos a seguir:

Consumo Intermediário (CI): os bens de consumo intermediário são utilizados na fase do processo de produção agrícola. São os bens de consumo que o agricultor adquire de outros agentes econômicos (óleo *diesel*, sementes, agrotóxicos, energia, ração, medicamentos para os animais, etc.). Esses insumos são considerados intermediários porque, através do trabalho e dos demais meios de produção, vão ser transformados em produtos mais elaborados.

Valor Bruto de Produção (VBP): evidencia o resultado da produção, ou seja, corresponde ao valor total do que é produzido durante o ano, seja para a venda ou para o consumo da família (autoconsumo). Compõem o produto bruto somente o valor dos produtos

e serviços finais, tais como: a produção vendida e produção estocada. Quando a prestação de serviços envolve os equipamentos utilizados no sistema de produção (máquinas e implementos, tração animal, etc.), a receita daí obtida, também deve ser incluída.

Valor Agregado (VA): o valor agregado é uma medida de desempenho econômico importante, à medida que sua análise permite comparar a atividade produtiva de unidades de produção que não se encontram na mesma situação, sob o ponto de vista dos meios produtivos. O VA pode ser diferenciado em *valor agregado bruto (VAB)* e *valor agregado líquido (VAL)*, pelo fato de deduzir-se ou não a depreciação. Assim, VAB e o VAL podem ser calculados através das equações (1) e (2), respectivamente:

$$VAB = VBP - CI \quad (1)$$

$$VAL = VAB - D \quad (2)$$

Então, quando o produtor acrescenta trabalho aos insumos e ao capital fixo de que dispõe, ele gera novas riquezas, agregando valor a essas mercadorias. Logo, o valor agregado do sistema de produção é igual ao valor do que se produziu menos o valor do que se consumiu. Nesse sentido, sob o ponto de vista da sociedade, um valor agregado maior significa um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. (Guanziroli e Cardin, 2000).

Renda agrícola (RA): a RA é o valor que agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar, bem como para aumentar o patrimônio. A parte da RA que não for utilizada para sobrevivência da família poderá ser reinvestida na unidade. Dessa forma, tem-se a equação que representa a RA:

$$RA = VAL - DVA \quad (3)$$

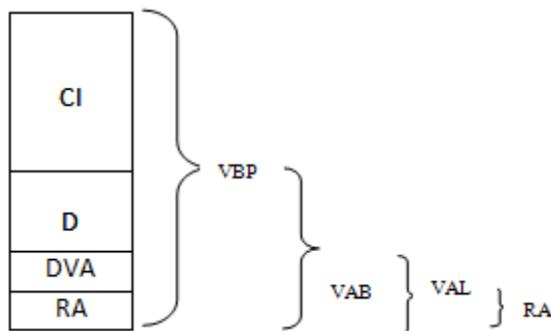
Onde:

Distribuição do valor agregado (DVA) corresponde aos demais gastos que compõem o processo produtivo, tais como: impostos, salários, arrendamentos e despesas financeiras.

De tal modo, pode-se esquematizar tais informações através da Figura 3. Assim, diz-se que a RA pode sinalizar a tendência para o êxodo rural dos agricultores familiares, já que é com base nela que se considera o *nível de reprodução simples (NRS)* desses agricultores. O Nível de Reprodução Simples (NRS) é a renda mínima necessária para reproduzir os meios de produção da unidade e remunerar o trabalho de cunho familiar ao longo do tempo. Assim, o

indicador utilizado para o NRS é custo de oportunidade do trabalho, medido através do salário mínimo por *unidade de trabalho homem* (UTH) (LIMA, et al. 2005).

Figura 3. Formação do valor bruto de produção (VBP), valor agregado bruto (VAB), valor agregado líquido (VAL) e renda agrícola (RA).



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, considerados os procedimentos metodológicos citados neste trabalho, optou-se por analisar: 1) O VBP; 2) As despesas, que puderam ser dimensionadas em quatro tipos diferentes: a) consumo intermediário (adubos, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias e embalagens, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal e rações, serviços de empreitada, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquina, energia elétrica, combustíveis); b) arrendamento, salário pagos a membros da família e a empregados permanentes; c) armazenamento, transporte, impostos e juros; d) outras despesas. 3) Indicadores sobre dívidas e investimentos.

3.4. Resultados e discussão

3.4.1. Valor da produção

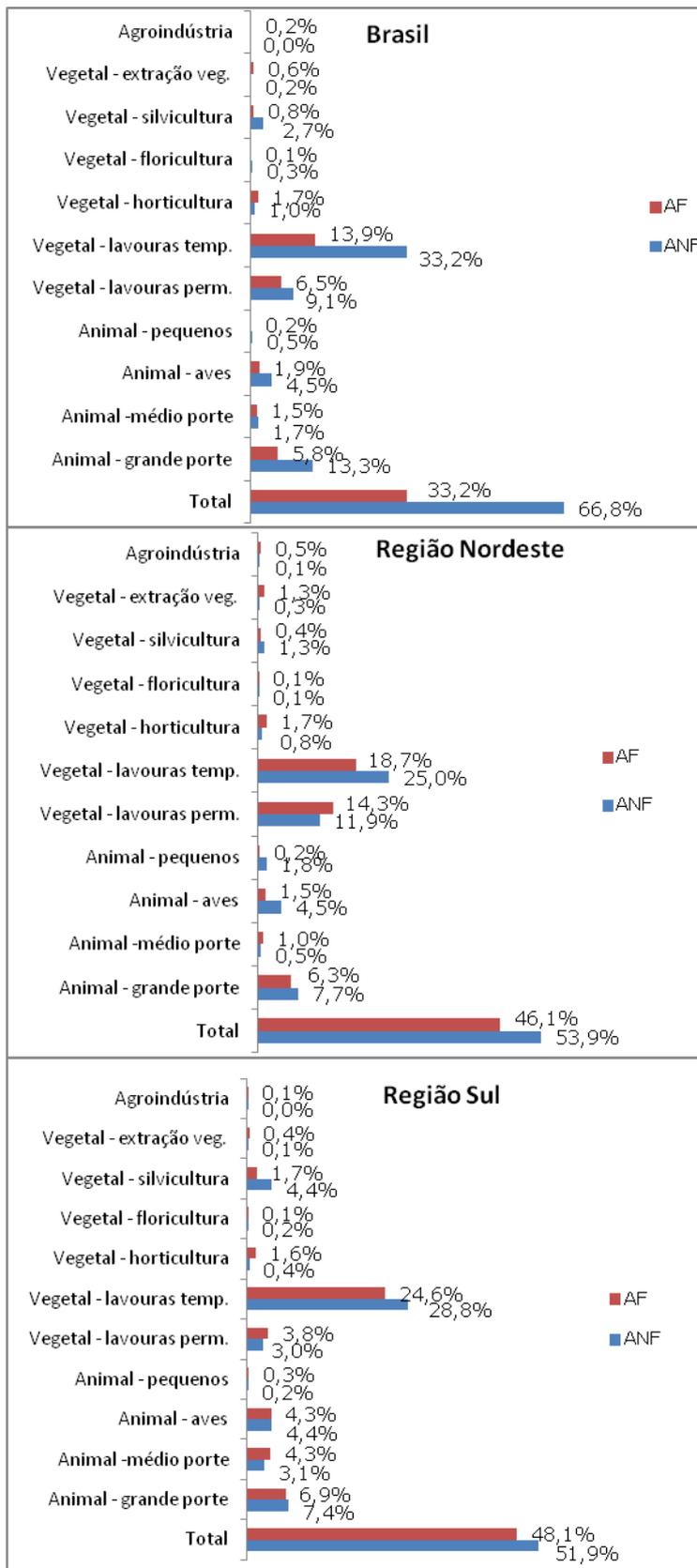
Quando se consideram os valores da produção agropecuária no Brasil para o ano de 2006, contabilizam-se 4,6 milhões de estabelecimentos, sendo que 15% não se enquadram nos critérios da Lei 11.326 da agricultura familiar, e 85% deles se enquadraram na Lei da agricultura familiar. Além disso, se evidenciou que 91% dos estabelecimentos de agricultura não familiar haviam obtido algum valor de produção naquele ano, enquanto que na agricultura não familiar esse percentual foi de 89%.

Através da análise da Figura 4 se verifica que a agricultura não familiar, também chamada de agricultura patronal foi responsável por 66,8% do valor de produção total no país e que o restante (33,2%) correspondia a produção das unidades produtivas de agricultura

familiar. Ao observar esse Gráfico verifica-se que os principais grupos de atividades econômicas que contribuíram com o total do valor de produção são: as lavouras temporárias e permanentes e os animais de grande porte. De outro lado, observam-se atividades como a agroindústria e a floricultura possuíam uma participação bastante inferior sobre o valor total da produção.

A maior parcela do valor da produção da região nordestina no ano de 2006 estava concentrada com a agricultura não familiar (53,9%). Igualmente ao caso do Brasil, nessa região a atividade econômica que mais contribuiu com o somatório do valor de produção foram as lavouras temporárias (25% ANF e 18,7% AF) e a atividade com menor participação também foi a floricultura (0,1% ANF e 0,1% AF), sendo que as lavouras permanentes, especialmente para a agricultura familiar, assumiram maior importância (14,3% ANF e 11,9% AF) em relação ao caso brasileiro (6,5% ANF e 9,1% AF).

Figura 4. Representatividade do VBP (em %) por grupo de atividade econômica – Brasil, regiões Nordeste e Sul.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Os percentuais correspondentes aos valores da produção da agricultura familiar e da patronal na Região Sul, possuem uma representatividade mais equitativa em relação ao valor de produção total (48,1% AF e 51,9% ANF) do que o Brasil. Além disso, mais da metade do total do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários advém das lavouras temporárias (24,6% AF e 28,8% ANF). Assim como no caso do Brasil e da região Nordeste, atividades como a agroindústria e floricultura possuíam as menores contribuições sobre o valor total da produção.

Na região Sul, a ANF apresentou maior valor de produção inferior ao da ANF, especialmente nas atividades econômicas de criação de animais de grande porte e lavouras temporárias, atividades essas em que, tipicamente se adotam sistemas mais intensivos de produção. Mas, em atividades em que o uso dos fatores de produção é mais intensivo como a criação de animais de médio porte, horticultura e lavouras permanentes, a agricultura familiar era majoritária.

Através da análise do Quadro 1 são apresentados os totais de estabelecimentos envolvidos com as atividades produtivas e as médias dos valores de produção por estabelecimento para o Brasil, regiões Nordeste e Sul. Cumpre destacar que os estabelecimentos podem participar de mais de uma atividade econômica e essa característica é mais presente no caso da agricultura familiar, tendo em vista que os pequenos produtores tendem a diversificar suas culturas, já que, em geral, produzem também alimentos destinados para o autoconsumo dos membros da família, além dos excedentes de produção que comercializam.

Nesta análise, constata-se que o valor bruto de produção médio por estabelecimento da produção anual da AF no Brasil foi de R\$ 13.963,25/ano, tendo a criação de aves o menor valor médio (R\$ 1.560,65/ano), e a floricultura o maior valor médio (R\$ 17.563,00/ano), enquanto que a agricultura não familiar possui o valor médio de produção de R\$ 148.727,54/ano, sendo que a maior parte desse valor estava amparado na floricultura e silvicultura (R\$ 146.904,04/ano e R\$ 147.539,91/ano, respectivamente) e o menor valor médio por estabelecimento ficou com a agroindústria (R\$ 4.001,72/ano).

Conforme lembrado por Hoffmann et alii (1985) as políticas de desenvolvimento produtivista desprivilegiaram a agricultura da região Nordeste, além disso o clima semi-árido, presente nessa região, constitui um fator limitante para a cultura de muitas variedades agrícolas. Observa-se no Quadro 1 que na região Nordeste o valor médio da produção por estabelecimento correspondeu a cerca de metade das médias observadas no Brasil. E a atividade que mais se destacou na agricultura não familiar foi a criação de pequenos animais.

Na agricultura familiar a atividade com maior média de valor da produção por estabelecimento foi a lavoura permanente, e na outra esfera, com menor média, aparece a atividade de criação de aves.

Quadro 1. Valor bruto de produção médio por grupo de atividade econômica – Brasil, regiões Nordeste e Sul.

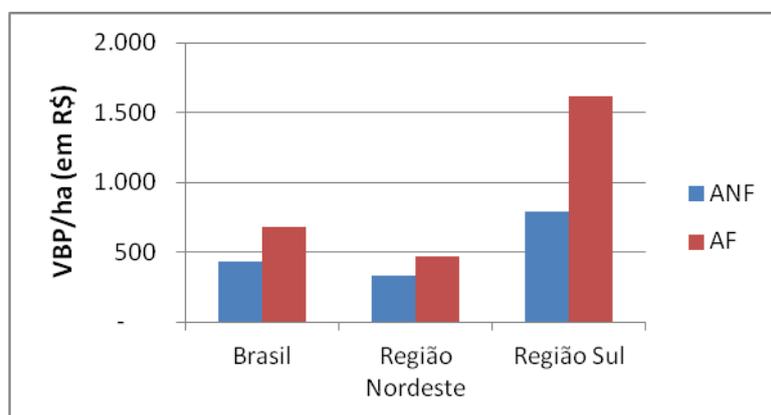
Brasil e regiões	Grupos de atividade econômica	ANF		AF	
		N. de estab.	VP médio	N. de estab.	VP médio
Brasil	Total	736.193	148.727,54	3.902.682	13.963,248
	Agroindústria	20.312	4.002	173.183	1.703,666
	Vegetal - extração veg.	42.872	6.259,03	321.883	3.076,143
	Vegetal - silvicultura	29.942	147.539,91	180.637	6.890,227
	Vegetal - floricultura	3.418	146.904,04	7.444	17.563,004
	Vegetal - horticultura	177.859	9.047,48	991.375	2.789,488
	Vegetal - lavouras temp.	390.906	139.373,39	2.691.083	8.460,622
	Vegetal - lavouras perm.	143.568	103.901,93	679.504	15.603,734
	Animal - pequenos	27.622	29.978,31	121.975	2.541,021
	Animal - aves	333.513	21.938,60	2.034.758	1.560,653
	Animal - médio porte	186.814	14.572,47	936.315	2.639,283
	Animal - grande porte	417.268	52.416	1.515.307	6.283,220
	Região Nordeste	Total	243.512	64.337,98	1.975.257
Agroindústria		10.860	2.414,92	104.565	1.294,716
Vegetal - extração veg.		22.623	3.631,53	188.396	1.985,334
Vegetal - silvicultura		9.885	37.904,60	69.915	1.774,812
Vegetal - floricultura		654	47.724,77	2.462	7.833,875
Vegetal - horticultura		25.492	9.245,02	188.169	2.605,434
Vegetal - lavouras temp.		158.601	45.800,95	1.526.932	3.557,505
Vegetal - lavouras perm.		56.077	61.617,15	320.273	12.947,785
Animal - pequenos		5.729	88.937,69	20.572	3.520,222
Animal - aves		113.751	11.562,76	960.627	466,583
Animal - médio porte		63.286	2.375,53	420.911	721,397
Animal - grande porte		105.587	21.049,96	516.268	3.542,939
Região Sul		Total	142.014	160.363,70	790.999
	Agroindústria	2.849	2.995,44	23.404	971,885
	Vegetal - extração veg.	7.674	8.290,98	50.165	3.820,054
	Vegetal - silvicultura	11.361	168.253,23	78.476	9.759,111
	Vegetal - floricultura	762	100.181,10	1.872	13.037,393
	Vegetal - horticultura	64.372	2.990,49	465.432	1.507,810
	Vegetal - lavouras temp.	97.516	129.468,77	625.964	17.197,730
	Vegetal - lavouras perm.	15.482	84.321,86	77.631	21.590,408
	Animal - pequenos	14.767	5.525,97	85.832	1.730,508
	Animal - aves	66.845	28.648,53	485.837	3.891,447
	Animal - médio porte	54.519	24.945,49	316.642	5.903,108
	Animal - grande porte	88.617	36.494,15	479.100	6.289,272

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

A região Sul, como se observa na sequência do trabalho (Quadro 1), apresentou a melhor média geral nos valores de produção por estabelecimento do que o Brasil e a região Nordeste, com R\$ 160.363,70/ano para a agricultura patronal e R\$ 26.636,16/ano para a AF, destacando-se essa a última, já que mostrou um valor médio de produção 1,9 vezes maior do que o do Brasil e 3,9 vezes maior do que a região Nordeste.

Embora o valor bruto da produção obtido pela ANF seja superior ao da AF, a análise do Gráfico 5 esclarece que a AF consegue obter um VBP/ha mais elevado do que a ANF. Nesse caso, a AF sulista obteve um VBP de R\$ 1.613,94/ha, contra R\$ 792,78/ha da ANF. Já a ANF da região Nordeste foi a que alcançou o pior desempenho (R\$ 328,04/ha).

Gráfico 5. Valor Bruto da Produção por hectare (VBP/ha) – Brasil, Regiões Nordeste e Sul.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Os resultados do Gráfico 5 convergem com a literatura que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada dos produtores familiares e não familiares, a qual expressa que os familiares tendem a aproveitar melhor as áreas de que dispõem, uma vez que esse fator produtivo é limitado, e por isso conseguem obter um VBP superior as médias dos não familiares. Além disso, os AF tendem a intensificar o fator de produção trabalho, já que, em geral, todos os membros da família trabalham na atividade executiva do estabelecimento, o que faz com que a relação do número de trabalhadores/ha seja mais representativa na AF do que na ANF. (PAYÉS, 1997; CANZIANI, 2001; GUANZIROLI et al., 2001; LIMA et al., 2005; SOUZA FILHO e BATALHA, 2005). Muito embora isso não signifique que os patronais sejam menos eficientes do que os familiares, mas alerta para o fato de que os patronais não estão utilizando todas as áreas de que possuem.

Porém, não se pode avaliar isoladamente o valor de produção das unidades sem considerar os custos de produção. Assim, considera-se que, embutidos nesses custos, estão os

gastos relacionados ao consumo intermediário, assunto que será abordado com mais abrangência no item seguinte deste trabalho.

3.4.2. Despesas e consumo intermediário

As despesas, mais especificamente aquelas classificadas como de consumo intermediário, constituem o ponto norteador deste trabalho. Nessa compreensão, constituem fonte de entendimento para analisar as distinções entre ANF e AF, bem como entre as regiões em análise, a externalização e o grau de integração dos produtores aos mercados econômicos, e a influência dos gastos sobre o resultado econômico dos estabelecimentos.

A exemplo do que foi destacado por Albuquerque e Nicol (1987) e Ploeg (2010), quando mencionaram que um dos reflexos da modernização do campo foi a externalização de atividades que antes eram executadas pelos agricultores e passaram a ser realizadas por agentes externos. Se antes os agricultores produziam na própria unidade produtiva o adubo utilizado para melhorar a produção com a modernização do campo esses agricultores passam a comprar esses insumos industrializados de agentes externos. Conterato (2008) também avalia que a externalização ou transferência de etapas do processo produtivo que antes eram realizados dentro da propriedade, como inserções individuais ou familiares em mercados está presente em todas as unidades de agricultura familiar, embora em graus distintos.

Na região Sul, por exemplo, esta demonstração é mais evidente, ao passo que a proporção de estabelecimentos de agricultura familiar que realizaram algum tipo de despesa como a compra de animais (40%), adubos (71%), agrotóxicos (65%) e aluguel de máquinas (1%) foi superior às mesmas despesas realizadas pela ANF (39%, 67%, 59% e 0,8%, respectivamente), o que exemplifica o estreito vínculo da agricultura familiar e patronal aos mercados econômicos.

Quadro 2. Estabelecimentos que realizaram despesas - Brasil, regiões Nordeste e Sul.

Brasil e regiões	Tipo de despesa	N. de estabelecimentos que realizaram despesas no período de 01/01 a 31/12		% de estabelecimentos que realizaram despesas ¹	
		ANF	AF	ANF	AF
Brasil	Arrendamentos e salários	556.782	969.020	75,6%	24,8%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	399.313	1.393.478	54,2%	35,7%
	Serviços de empreitada	83.343	168.247	11,3%	4,3%
	Adubos	283.736	1.166.992	38,5%	29,9%
	Corretivos do solo	129.949	279.579	17,7%	7,2%
	Sementes e mudas	138.774	562.925	18,9%	14,4%
	Sacarias e embalagens	92.438	536.710	12,6%	13,8%
	Compra de animais	212.572	913.984	28,9%	23,4%
	Agrotóxicos	251.643	1.143.923	34,2%	29,3%
	Medicamentos para animais	530.333	2.112.940	72,0%	54,1%
	Sal e rações (industrializados ou não-industrializados)	390.806	1.355.995	53,1%	34,7%
	Compra de matéria-prima para agroindústria	9.349	32.818	1,3%	0,8%
	Aluguel de máquina	9.404	62.698	1,3%	1,6%
	Energia elétrica	559.944	2.694.266	76,1%	69,0%
	Combustíveis	435.157	2.048.781	59,1%	52,5%
	Outras despesas	162.249	715.560	22,0%	18,3%
Região Nordeste	Arrendamentos e salários	159.427	514.770	65,5%	26,1%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	72.425	391.060	29,7%	19,8%
	Serviços de empreitada	19.054	61.058	7,8%	3%
	Adubos	43.243	252.691	17,8%	12,8%
	Corretivos do solo	13.177	28.537	5,4%	1,4%
	Sementes e mudas	22.277	104.158	9,1%	5,3%
	Sacarias e embalagens	48.431	373.578	19,9%	18,9%
	Compra de animais	63.587	389.058	26,1%	19,7%
	Agrotóxicos	61.007	397.402	25,1%	20,1%
	Medicamentos para animais	146.898	834.624	60,3%	42,3%
	Sal e rações (industrializados ou não-industrializados)	89.498	419.657	36,8%	21,2%
	Compra de matéria-prima para agroindústria	1.683	6.214	0,7%	0,3%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	72.425	391.060	29,7%	19,8%
	Aluguel de máquina	5.301	43.148	2,2%	2,2%
	Energia elétrica	148.713	1.216.631	61,1%	61,6%
	Combustíveis	115.449	913.251	47,4%	46,2%
Outras despesas	53.777	323.807	22,1%	16,4%	
Região Sul³	Arrendamentos e salários	106.650	201.077	75,1%	25,4%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	126.302	586.301	88,9%	74,1%
	Serviços de empreitada	15.244	47.534	10,7%	6%
	Adubos	95.082	559.506	67,0%	70,7%
	Corretivos do solo	30.728	114.487	21,6%	14,5%
	Sementes e mudas	55.918	321.967	39,4%	40,7%
	Sacarias e embalagens	5.966	20.332	4,2%	2,6%
	Compra de animais	55.751	317.127	39,3%	40,1%
	Agrotóxicos	84.406	516.342	59,4%	65,3%
	Medicamentos para animais	107.829	574.963	75,9%	72,7%

Continua

Sal e rações (industrializados ou não-industrializados)	80.649	411.501	56,8%	52,0%
Compra de matéria-prima para agroindústria	3.185	17.982	2,2%	2,3%
Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	126.302	586.301	88,9%	74,1%
Aluguel de máquina	1.157	8.246	0,8%	1,0%
Energia elétrica	125.047	686.816	88,1%	86,8%
Combustíveis	99.313	516.344	69,9%	65,3%
Outras despesas	38.536	193.490	27,1%	24,5%

OBS 1: para calcular a relação percentual (%) de estabelecimentos que realizaram despesas utilizou-se os que apresentaram VBP em 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

A região Nordeste, ao contrário da região Sul e do Brasil, apresentou menor proporção de estabelecimentos em que as atividades foram externalizadas a agentes do mercado, exceto quando se tratam das despesas com aquisição de Sacarias e embalagens. A proporção de estabelecimentos de agricultura familiar naquela região só é superior ao da patronal quando se trata do número de estabelecimentos que realizaram despesas com energia elétrica (61,6% AF e 61,1% ANF). Muito embora essa proporção fique abaixo daquelas registradas para o Brasil (76,1% ANF e 69% AF) e para a região Sul (88,1% ANF e 86,8% AF).

Através da observação do Quadro 3, é possível notar-se os percentuais de participação dos grupos de despesas em relação ao total das despesas realizadas. Enquanto Marques et al. (1987) demonstraram a nível de Brasil que as despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de despesas realizadas pelas unidades produtivas, percentuais bem superiores, tanto para agricultura familiar como não familiar podem ser notados através do Quadro 3. A região Sul apresentou os mais elevados índices de participação do consumo intermediário sobre o total de despesas realizadas nas unidades produtivas. Sendo a agricultura familiar a modalidade que mais fez uso dos produtos dessa categoria, contabilizando 80,9% do total do valor das despesas que foram direcionados para a aquisição de produtos de consumo intermediário, o que representou cerca de R\$ 7,3 bilhões, ou ainda, quase a metade de todo o valor despendido com a aquisição de produtos de consumo intermediário no país foi realizado por estabelecimentos localizados na região Sul. Enquanto que o consumo intermediário na agricultura familiar do Nordeste foi de 72,7%, ou seja, R\$ 2,2 bilhões foram despendidos para aquisição desses produtos nessa região, número que participa em menos de 15% sobre todo o valor aplicado na aquisição de consumo intermediário no Brasil.

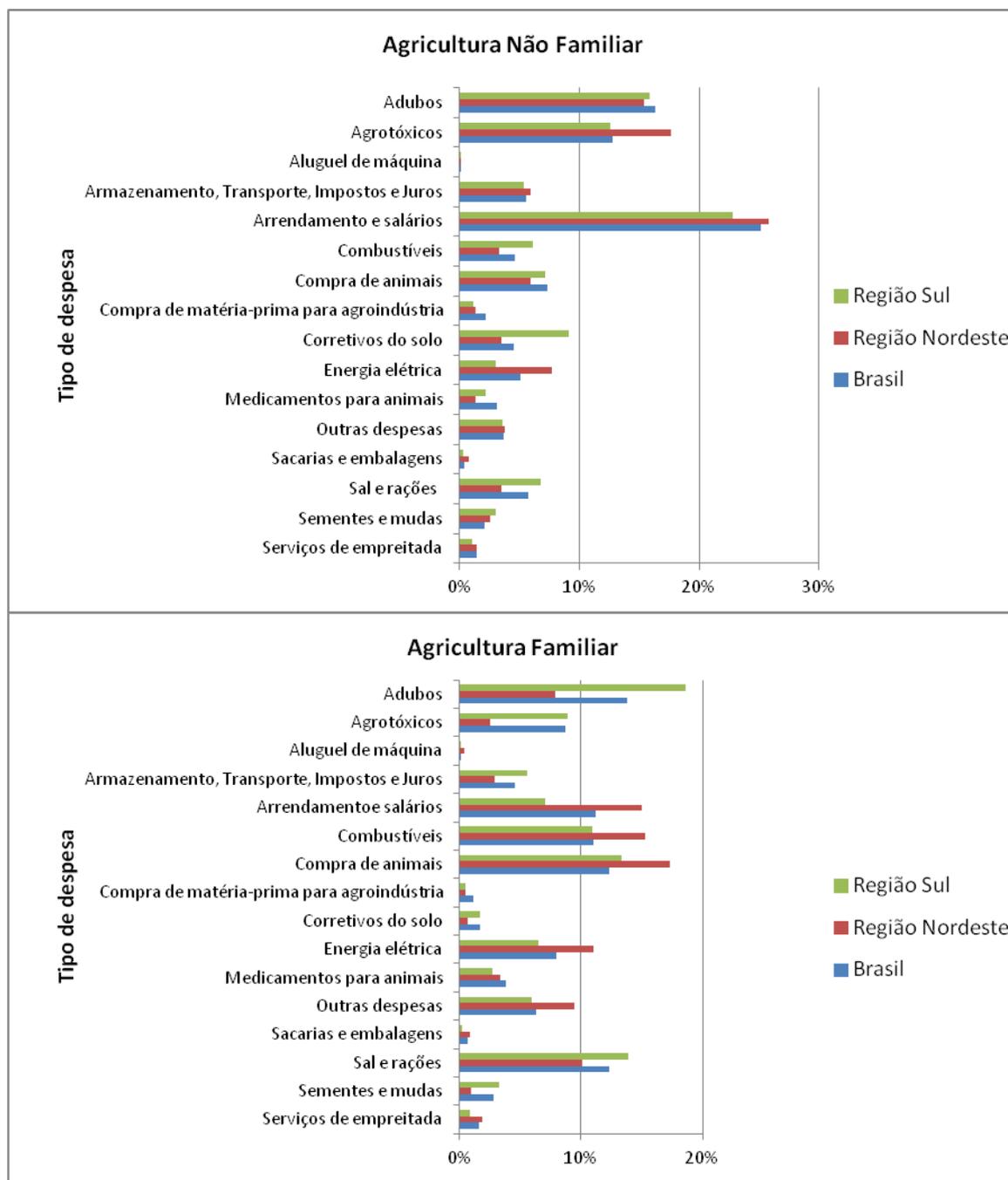
Quadro 3. Grupos de despesas realizadas - Brasil, regiões Nordeste e Sul.

Brasil e regiões	Tipo de despesa	% da desp. da ANF s/ o total	% da desp. da AF s/ o total
Brasil	Arrendamentos e salários	25,2%	11,2%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	5,5%	4,5%
	Outras despesas	3,7%	6,3%
	Consumo intermediário	65,6%	78,0%
	TOTAL	100,0%	100,0%
Região Nordeste	Arrendamentos e salários	25,8%	15,0%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	6,0%	2,9%
	Outras despesas	3,7%	9,5%
	Consumo intermediário	64,5%	72,7%
	TOTAL	100,0%	100%
Região Sul	Arrendamentos e salários	22,8%	7,6%
	Armazenamento, Transporte, Impostos e Juros	5,4%	5,6%
	Outras despesas	3,6%	6,0%
	Consumo intermediário	68,3%	80,9%
	TOTAL	100,0%	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Na sequência, a Figura 5 apresenta para a agricultura familiar e não familiar as principais despesas realizadas pelos produtores agropecuários, discriminando os produtos/serviços em que esses produtores despenderam recursos financeiros. Nesse caso, um gasto representativo no uso da adubação, para os três recortes espaciais e especialmente para no caso da AF na região Sul, onde o custo com a adubação representa cerca de 19% do total das despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, pode ser observado nessa análise. E da AF da região Nordeste com cerca de 8% deste total.

Figura 5. Participação das despesas (em %), por tipo de despesa, em relação ao total de gastos realizados – Brasil, regiões Nordeste e Sul.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Como a AF não direciona gastos com arrendamentos e salários com a mesma intensidade do que a ANF, observa-se que a AF aplica proporcionalmente mais recursos em despesas de sal e rações (12% Brasil; 10% região Nordeste; 14% região Sul) do que a ANF (6% Brasil; 4% região Nordeste; 7% região Sul). As análises dos resultados expostos acima convergem parcialmente com os resultados encontrados por Marques et al (1987) ao

identificar que na região Sul entre as despesas de produtos de consumo intermediário que exerceram maior representatividade sobre o total de gastos estão os adubos.

A análise do Quadro 4 também desperta a atenção para esta ocorrência ao demonstrar que os defensivos agrícolas, como os agrotóxicos, além de adubos, continuam liderando os principais gastos dos produtores com consumo intermediário. Sendo que a agricultura não familiar no Brasil gastou mais por unidade de área em produtos como os corretivos do solo, Compra de matéria-prima para agroindústria e agrotóxicos (285%, 173% e 111%, respectivamente). Mas em produtos como os combustíveis e o sal e rações, a agricultura familiar liderou os gastos de CI/ha, injetando 40% e 34% nessa ordem, a mais por unidade de área, do que a agricultura patronal.

Em 2006 os estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar do Nordeste gastaram mais recursos em CI/ha em despesas como os agrotóxicos, corretivos do solo, sementes e mudas, contabilizando 1830%, 1220% e 632% a mais do que os familiares. Por outro lado, as unidades não familiares gastaram 42% a menos em combustíveis do que os familiares. Esses resultados fizeram com que a média de gastos da agricultura patronal em CI/ha superasse os gastos com esse tipo de despesa nas unidades familiares em 140%.

O Sul despontou como sendo a região em que os agricultores familiares mais realizaram despesas de consumo intermediário por hectare em relação aos patronais e desse resultado destacam-se as médias de R\$ 123,00/ha com adubos e R\$ 96,78/ha com a compra de sal e rações. Médias bem superiores as do Brasil (R\$34,60/ha adubos e R\$ 21,79/ha agrotóxicos) e do Nordeste (R\$ 8,47/ha adubos e R\$ 2,67/ha agrotóxicos) para essa categoria. Além disso, poucas foram as despesas em que a agricultura familiar da região Sul gastou menos em CI/ha do que a patronal. As despesas realizadas com energia elétrica e sal e rações, por exemplo, superaram as da patronal em 59% e 58%, respectivamente.

Quadro 4. Consumo intermediário por hectare (CI/ha em R\$) – Brasil, regiões Nordeste e Sul.

Brasil e regiões	Tipo de despesa	CI/ha da ANF (em R\$ por ha)	CI/ha da AF (em R\$ por ha)	% gasto a mais ou a menos com CI/ha da ANF em relação à AF
Brasil	Serviços de empreitada	5,21	4,12	27%
	Adubos	58,80	34,60	70%
	Corretivos do solo	16,31	4,24	285%
	Sementes e mudas	7,57	7,03	8%
	Sacarias e embalagens	1,49	1,63	-9%
	Compra de animais	26,41	31,02	-15%
	Agrotóxicos	45,93	21,79	111%
	Medicamentos para animais	11,06	9,60	15%
	Sal e rações	20,67	31,08	-34%
	Compra de matéria-prima para agroindústria	7,77	2,85	173%
	Aluguel de máquina	0,31	0,40	-22%
	Energia elétrica	18,21	20,05	-9%
	Combustíveis	16,73	27,66	-40%
	Média CI/ha	236,48	196,08	21%
Região Nordeste	Serviços de empreitada	4,10	1,99	106%
	Adubos	44,91	8,47	430%
	Corretivos do solo	10,14	0,77	1220%
	Sementes e mudas	7,38	1,01	632%
	Sacarias e embalagens	2,31	0,96	140%
	Compra de animais	17,40	18,68	-7%
	Agrotóxicos	51,55	2,67	1830%
	Medicamentos para animais	3,85	3,61	7%
	Sal e rações	10,28	10,91	-6%
	Compra de matéria-prima para agroindústria	3,75	0,54	592%
	Aluguel de máquina	0,39	0,40	-4%
	Energia elétrica	22,53	11,86	90%
	Combustíveis	9,53	16,47	-42%
Média CI/ha	188,11	78,34	140%	
Região Sul	Serviços de empreitada	6,24	7,03	-11%
	Adubos	95,09	123,00	-23%
	Corretivos do solo	54,89	11,11	394%
	Sementes e mudas	18,02	27,62	-35%
	Sacarias e embalagens	1,56	1,65	-6%
	Compra de animais	42,68	86,64	-51%
	Agrotóxicos	75,79	68,45	11%
	Medicamentos para animais	12,84	18,93	-32%
	Sal e rações	40,57	96,78	-58%
	Compra de matéria-prima para agroindústria	6,71	4,05	66%
	Aluguel de máquina	0,37	0,66	-44%
	Energia elétrica	18,30	44,33	-59%
	Combustíveis	36,98	70,03	-47%
	Média CI/ha	410,05	560,27	-27%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

As médias de CI/ha demonstram que o consumo intermediário na região Sul é o mais intenso deste comparativo, além de apontar que a ANF no Brasil direcionou R\$ 236,48/ha. Enquanto que essa mesma categoria gastou R\$ 188,11/ha na região Nordeste e R\$ 410,05/ha na região Sul. Em outra análise, a média da AF ficou em R\$ 196,08/ha para o Brasil, R\$ 78,34/ha para o Nordeste e R\$ 560,27/ha para o Sul.

Além da possibilidade da AF poder ter aproveitado melhor a unidade de áreas de que dispõe, aplicando mais produtos alguns tipos de produtos de consumo intermediário/ha do que outros, outro ponto importante e que pode contribuir para explicar o porquê da AF estar utilizando, o dobro de combustíveis, em média, do que a ANF, é o período de vida útil das máquinas utilizadas no processo produtivo que sofrem com a depreciação e passam a consumir mais combustível; impactando diretamente na relação do uso de combustíveis por ha. Ademais, o tipo de cultura praticado por cada categoria de agricultores e em cada região, influencia diretamente o CI/ha.

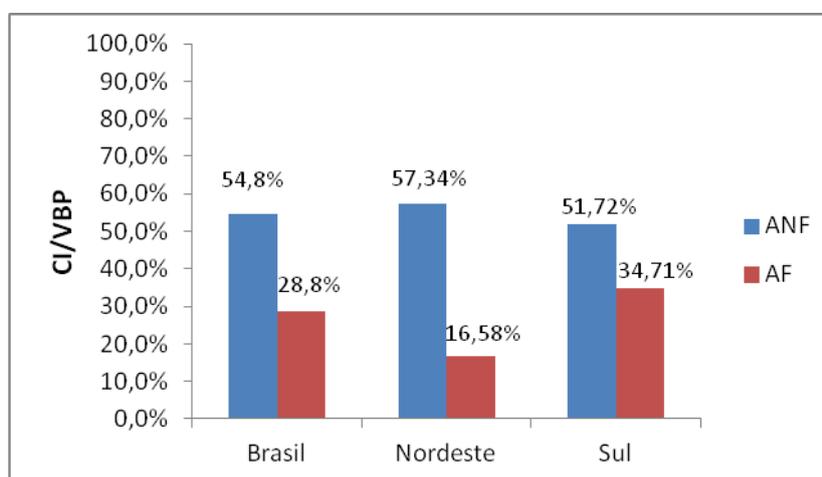
Há uma questão importante que influencia tanto os diferentes resultados obtidos com os custos de produção (CI) para as duas regiões em análise, como também o VBP e que deve, no mínimo ser mencionada, porém não será desenvolvida justamente por não ser o foco deste trabalho, mas que se omitida deixa um vácuo analítico: são os processos de inserção produtiva diferenciados dos diferentes modelos de agricultura, nas diferentes regiões do país. As práticas de integração agroindustrial, muito representativas na região Sul não possuem a mesma representatividade na região Nordeste. Enquanto nesta pouco mais de 0,5% dos estabelecimentos são integrados ao sistema agroindustrial, na região Sul este percentual é superior a 15%. A produção de *commodities*, comum na região Sul, especialmente representada pela soja e pelo trigo praticamente inexistente no Nordeste. Enquanto na região Sul 20% dos estabelecimentos produziram soja em 2006, na região Nordeste este percentual foi inferior a 0,5% do total de estabelecimentos. Exigente em escala de produção e insumos industriais, a produção de *commodities* possui impacto significativo nos custos de produção e manutenção dos estabelecimentos, sejam familiares ou não familiares implicando em uma necessária especialização dos sistemas de cultivo e criação.

Há, neste sentido, gama ampla de exemplos possíveis que podem representar processos crescentes de inserção e subordinação ao modelo agrícola predominante no Brasil, altamente exigente em escala. O incremento dos custos de produção é apenas uma das facetas deste processo, mas amplia-se para outras dimensões da vida social e econômica dos agricultores, tais como ininterrupta inovação tecnológica, redução da força de trabalho

utilizada e total distanciamento em relação às instancias reguladoras dos preços, quer dizer, os agricultores são cada vez mais agentes tomadores de preços.

Embora algumas evidências analisadas neste trabalho discriminem que uma grande parcela de agricultores familiares e não familiares participem dos mercados de produtos de consumo intermediários e que alguns tipos de despesas com essa modalidade de produtos foram realizadas com mais intensidade pela AF do que pela ANF, tendo na região Sul um exemplo mais claro disso, contribui para a análise a observação do Gráfico 6, que considera a participação percentual que o consumo intermediário exerce sobre o valor bruto de produção, conforme segue abaixo:

Gráfico 6. Participação percentual (%) do consumo intermediário sobre o valor bruto de produção (CI/VBP)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre o valor bruto da produção foi uma consequência da modernização do campo. Nos anos 80 essa participação (CI/VBP) foi de 38,7% (KAGEYAMA, 1990). A constatação no aumento dessa participação é preocupante, especialmente no caso da agricultura não familiar, que tem capacidade produtiva de menos escala. Nesse caso, temos que no Brasil, enquanto o CI/VBP representou 55% para a agricultura não familiar, esse percentual cai para Nordeste (57%) e, por outro lado, a agricultura familiar dessa região é a menos influenciada com o CI/VBP (17%). Para a situação da agricultura familiar da região Sul se nota que a influência do CI/VBP é praticamente o dobro (34%) da observada na região Nordeste.

Como já foi demonstrado no Quadro 1, a AF consegue obter um valor bruto de produção/ha superior ao da ANF, e como a análise expressa através do Gráfico 6 depende do VBP, o resultado é que, por conta da AF conseguir um VBP mais elevado do que a ANF, essa última será mais impactada pelas despesas de consumo intermediário do que a AF.

3.4.3. Dívidas e investimentos

As unidades de produção agropecuária são constituídas por diferentes combinações de recursos ou fatores de produção e o modo como são organizados esses elementos determina o desempenho dessas unidades. Sendo assim, nesse item foram elaborados algumas relações que visam mensurar o desempenho dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar e não familiar a fim de estabelecer uma relação de avaliação que contribua com as análises para determinar o desempenho entre esses dois modais de produtores.

Nesta abordagem, o Quadro 5 apresenta algumas relações a serem avaliadas para os itens de dívidas e investimentos realizados pelos estabelecimentos em 2006. Observando as médias das Dívidas com bancos/estabelecimentos devedores, infere-se que a patronal está mais endividada do que a familiar. Porém, analisando a média das dívidas com bancos/ha, é possível destacar que no Brasil e na região Sul a agricultura familiar encontrava-se proporcionalmente mais endividada do que a agricultura patronal; apontando que essa última estava 29,5% e 64,4%, nessa ordem, menos endividada do que a familiar. Além disso, outro aspecto sobre as dívidas dos estabelecimentos com bancos é a sua relação com o VBP, indicando que a agricultura familiar no Nordeste era a menos endividada, já que para cada R\$ 1.000,00 obtidos em VBP nessa região, o valor das dívidas era de R\$ 114,93, demonstrando que essa relação de dívidas/VBP era 35,4% maior para a agricultura patronal nessa região.

Quadro 5. Dívidas e investimentos - Brasil, regiões Nordeste e Sul

Brasil e Regiões	Indicador	ANF (em R\$)	AF (em R\$)	Comparativo dos indicadores: ANF em relação a AF
Brasil	Dívidas c. bancos/há	65,08	84,29	-29,5%
	Dívidas c. bancos/Estabelecimentos devedores	117.085,18	8.972,63	92,3%
	Dívidas c. bancos/VBP	150,73	123,90	17,8%
	Investimentos/há	59,09	75,97	-28,6%
Região Nordeste	Dívidas c. bancos/há	58,38	54,29	7,0%
	Dívidas c. bancos/Estabelecimentos devedores	71.932,97	5.019,58	93,0%
	Dívidas c. bancos/VBP	177,97	114,92	35,4%
	Investimentos/há	39,24	32,09	18,2%
Região Sul	Dívidas c. bancos/há	144,97	238,28	-64,4%
	Dívidas c. bancos/Estabelecimentos devedores	95.877,01	11.960,68	87,5%
	Dívidas c. bancos/VBP	182,86	147,64	19,3%
	Investimentos/há	112,33	197,75	-76,1%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 5 existe uma discrepância entre os investimentos/ha realizados dentro das classificações de agricultura e entre as regiões do Brasil. Enquanto a média de investimento por hectare da agricultura familiar no Brasil foi de R\$ 23,72, a da patronal foi de R\$ 21,30, sendo que a agricultura familiar da região Sul investiu R\$ 52,50 e a Nordeste R\$ 11,80 (GUANZIROLI, 2000). Porém, a afirmativa do autor de que os agricultores não familiares, pelo fato de serem mais capitalizados, conseguem realizar mais investimentos do que os familiares pode ser refutada, exceto no Nordeste, pois como se observa no Quadro 5 a agricultura patronal demonstrou ter investido menos por hectare de terra do que a familiar no Brasil (28,6% menos) e no Sul (76,1% menos) e no Nordeste, onde a agricultura familiar alocou recursos de R\$ 32,09/ha, contra R\$ 39,24/ha da patronal.

Provavelmente a acessibilidade que o crédito possibilitou aos agricultores familiares, especialmente aqueles localizados na região Sul onde foi investida a maior parte dos recursos do PRONAF nos últimos anos de acordo com o Censo Agropecuário, tenha resultado em um investimento/ha maior nessa região do que no Nordeste.

3.5. Considerações finais

Esta pesquisa perseguiu o propósito de avaliar os efeitos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar nas regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. E, dessa forma, buscou-se o alinhamento com a perspectiva de reconhecer a grande diversidade e a dinâmica agropecuária existentes no rural brasileiro. Para tanto, se objetivou caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que sinalizassem a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa.

Os resultados sugerem as discrepâncias de desenvolvimento entre a agricultura nordestina e a sulista. Esse fato se comprova pelo baixo valor de produção obtido pelos agricultores da região Nordeste, em oposição aos produtores da região Sul. Embora as regiões Nordeste e Sul apresentem discrepâncias de desenvolvimento agrícola, bem como aspectos climáticos distintos entre si, observou-se que tanto na região Nordeste como na Sul a agricultura familiar foi responsável por quase metade do valor bruto de produção de cada uma dessas regiões, o que comprova a importância dessa categoria de trabalhadores para a economia e o desenvolvimento rural do país. Esses resultados confirmam que, pelo fato dos

produtores familiares possuem extensões de áreas mais limitadas do que os patronais, eles tendem a aproveitar mais as terras de que dispõem, obtendo um valor bruto de produção por hectare mais elevado do que os agricultores não familiares. E, como a agricultura familiar intensifica no processo produtivo no fator de produção trabalho, esses agricultores conseguem atingir um VBP mais elevado do que os agricultores patronais.

Outra constatação advém da observação de Conterato (2008), ao demonstrar o estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados. Nesse sentido, se percebeu uma externalização de atividades agropecuárias. Essa constatação é observada especialmente para o caso da Região Sul, onde uma parcela de agricultores realizou algum tipo de despesa em 2006.

Além da análise comparativa entre os recortes geográficos, os dados do Censo Agropecuário (2006) permitiram a comparação de resultados entre os dois modais de agricultores. Nessa vertente, observou-se uma diferença entre os impactos efetivos que o consumo intermediário exerceu para essas categorias no ano em estudo. A participação do consumo intermediário sobre o valor bruto de produção (CI/VBP) aparentou ser mais intensa para agricultura não familiar, tanto no caso do Brasil como para as regiões Nordeste e Sul. Resultados que convergem com a literatura tradicional que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada de agricultores familiares e não familiares. No caso da relação Dívidas com bancos/ha, a agricultura familiar no Brasil e na região Sul demonstrou estar proporcionalmente mais endividada do que a agricultura patronal. Porém, o indicador dívidas com bancos/VBP demonstrou que as dívidas com bancos comprometiam com mais intensidade o VBP da agricultura não familiar no Brasil e regiões Nordeste e Sul. Tais situações se apresentam de natureza preocupante, pois embora os agricultores estejam investindo mais na atividade produtiva eles aparentam estar mais comprometidos com a aquisição de produtos de consumo intermediário e mais endividados.

Diante das constatações deste trabalho, vale lembrar que a estrutura verticalizada do funcionamento das cadeias produtivas no setor agropecuário é marcada por complexas relações de hierarquia e poder. Assim, o tipo de participação no mercado que cada “modelo” de agricultura em cada região do país consegue obter é bastante distinto, o que acaba por definir níveis distintos de autonomia e dependência. Isso pode ocorrer no interior de uma mesma categoria, seja familiar ou não familiar. Cumpre destacar também que o atual modelo produtivista de integração aos mercados, ao qual uma significativa parcela de agricultores está vinculada, especialmente na região Sul, onde se tem um estreitamento maior dos agricultores aos sistemas agroindustriais, não está sendo um modelo sustentável de desenvolvimento, pois

se notou que os agricultores dessa região também tiveram maiores custos com a produção (Quadro 4) do que a média nacional e a nordestina.

Nesse cenário, as instituições públicas, que regulam o desenvolvimento das sociedades, assumem fundamental importância para o processo de sustentabilidade das atividades agropecuárias. Mas como os resultados dessa pesquisa apontam que os agricultores familiares da região Sul gastaram proporcionalmente mais recursos financeiros em produtos de consumo intermediário e que estão também mais endividados, isso leva a crer que a principal política institucional para a concessão de crédito ao desenvolvimento dessa categoria, o PRONAF, não está orientada para apoiar a reconversão da dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário, os quais estão cada vez mais evoluindo para formas mais especializadas de integração.

Instituições de pesquisas e extensão rurais públicas, bem como as políticas de crédito assumem, portanto, uma posição estratégica em qualquer iniciativa rumo à reconversão desta situação de dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário. Eficientes práticas gerenciais devem também ser um pré-requisito e a demanda pela capacitação não podem ser rejeitadas.

Assim, este trabalho contribui com a necessidade de se ampliar os estudos nesta importante questão de pesquisa, buscando novos elementos (tais como os tipos de culturas em que se evidenciam maior intensidade na utilização de consumo intermediário, por exemplo) que possam clarificar os motivos que fazem com que agricultores patronais e familiares, assim como nas regiões analisadas, tenham resultados graus de integração com os mercados diferenciados no que tange ao aspecto produtivo de suas unidades agropecuárias. Uma possibilidade para se avançar em relação a isso é aprofundar as análises econômicas, determinando indicadores importantes que possam avaliar o êxodo rural, ou ainda, avaliar o custo de oportunidade dos agricultores em permanecer no campo. Nesse caso, o estudo da renda agrícola se configuraria em um fator determinante.

Ademais, é sabido que dentro de uma mesma agricultura familiar – Lei 11.326 - existe uma gama de tipificações de agricultores familiares e isso implica em resultados econômicos igualmente diferenciados. Contudo, embora as limitações de dados não tenham permitido avanços para se determinar indicadores mais refinados ou que caracterizassem mais riqueza de detalhes a situação econômico-financeira dos estabelecimentos, acredita-se que esta pesquisa contribuiu para o avanço de pesquisas no que concerne ao estudo dos impactos do consumo intermediário da agricultura não familiar e familiar.

4. CONCLUSÃO

A proposta desta dissertação foi contribuir para a agenda de pesquisa acerca do desenvolvimento rural. Em função da importância estratégica que a agricultura exerce para a sociedade, seja no aspecto da produção de alimentos, como também na geração de emprego e renda, o meio rural tem sido objeto de intensos estudos que buscam aperfeiçoar o entendimento sobre as diversidades.

A dissertação foi composta por dois artigos. O primeiro objetivou traçar um panorama geral da agricultura familiar, a fim de aprofundar o entendimento sobre a concepção desse tema no país e sua importância no contexto. A partir das referências bibliográficas consideradas neste trabalho é possível concluir que os pequenos agricultores utilizam uma racionalidade econômica diferenciada da dos produtores capitalistas no planejamento e execução das atividades ligadas à produção agrícola, objetivando utilizar os recursos (fatores de produção) de que dispõem da maneira mais econômica possível, tendo em vista a consecução de objetivos determinados. Além disso, os agricultores familiares não objetivam primordialmente o lucro, mas priorizam o bem-estar e a reprodução de suas famílias. Nesse entendimento, a modernização agr foi um divisor de águas para os produtores rurais, pois alterou profundamente as relações agrárias em vários sentidos; proporcionou a expansão e o desenvolvimento de muitas propriedades agrícolas no Brasil, mas de forma parcial apenas, porque afetou também os pequenos produtores rurais que de modo geral, não dispunham de capital suficiente para adquirir os novos pacotes tecnológicos, e conseqüentemente, muitos deles não conseguiram atingir a produtividade necessária para continuar na atividade. Esse processo impôs uma nova dinâmica aos produtores rurais e marginalizou muitos deles, além de criar um elo de dependência entre aqueles que adotaram os “pacotes tecnológicos”.

No segundo artigo, que é complementar ao primeiro, objetivou-se avaliar os impactos do consumo intermediário para agricultores familiares e não familiares nas regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. Para tanto, objetivou-se caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que possibilitem avaliar o grau de dependência aos produtos de consumo intermediário, além de sinalizar a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa. A partir dos resultados encontrados evidenciou-se que o resultado econômico dos agricultores familiares é menos afetado pelos impactos das despesas de consumo intermediário, pois embora estejam utilizando mais produtos com essa origem eles consig

obter um valor bruto de produção superior ao dos patronais, o que confirma as análises sobre a racionalidade econômica diferenciada dos pequenos agricultores (PAYÉS, 1997; CANZIANI, 2001; GUANZIROLI et al., 2001; LIMA, 2005; SOUZA FILHO e BATALHA, 2005). Muito embora isso não signifique que os patronais são menos eficientes do que os familiares, mas alerta para o fato de que os patronais estão utilizando proporcionalmente menos áreas do que os familiares.

A contribuição mais relevante deste artigo, no entanto, refere-se a análise de que o consumo intermediário impacta em diferentes intensidades o valor bruto de produção das atividades dos agricultores familiares e não familiares. Mas, a pesquisa fornece uma ideia geral acerca dos temas de agricultura familiar, e é ponto inicial na compreensão sobre os impactos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar. Neste sentido, como nem toda agricultura familiar é integrada às cadeias agroindustriais, a situação de subordinação e autonomia também diferem. A montante, esse processo pode se manifestar pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais. A jusante, por meio da integração a cadeias mercantis dominadas por grandes empresas dos setores de processamento e distribuição. Essas duas formas de subjugação a conglomerados empresariais se refletem em altos custos de produção, o que pode consistir em um importante fator explicativo para os altos gastos com consumo intermediário da agricultura familiar na região Sul do país.

Assim, é evidente que existe a necessidade de se ampliar os estudos nesta importante questão de pesquisa, buscando novas contribuições que possibilitem aprofundar as análises econômicas, determinando indicadores importantes que possam avaliar o êxodo rural, ou ainda, avaliar o custo de oportunidade dos agricultores em permanecer no campo. Nesse caso, o estudo da renda agrícola se configuraria em um fator determinante.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[Relatório FAO]. 2003. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br/>. Acesso em: 23, maio, 2005.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Publicado em 1999. Disponível em:<<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso:06 de jul. 2012.

_____. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, v.11, nº2, Abr/jun, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

ABREU, R. **Produtos da agricultura familiar chegam aos supermercados no Paraná**. 2005. Rádio Nacional. Disponível em: <www.radionacional.br>. Acesso em: 08 de jul. de 2012.

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo, McGraw-Hill, 1987.

ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura: educação, pesquisa e assistência técnica**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

AVILA, A.F.D. *Agricultural Productivity and Sources of Growth in Latin America. Paper prepared for an ERS Workshop on Trends & Forces in International Agricultural Productivity Growth, Economic Research Service, Washington, DC, March 15, 2007.*

BARROS, G. S. de C. A agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. **Política agrícola no brasil: subsídios e investimentos**. GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R. V.; NAVARRO, Z. (Orgs).- Brasília: Ipea, 2010. 294 p.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecolog

_____. **Agricultura familiar, políticas públicas e o comércio ético solidário: a visão do Ministério do Desenvolvimento Agrário.** In França, C. L. de. (org.). *Comércio Ético e Solidário no Brasil.* São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região Sul do Brasil,** 1996.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do crédito rural.** 1996.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Presidência da República. Acesso em: 13/abril/2011.

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 06/mai/2011.

BRUM, A. J. **A modernização da agricultura – trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.

BUAINAIN, A. M.; VIEIRA, P. A. **Produtividade na agricultura: o fator esquecido.** A lavoura, Ed. outubro, p. 39-43, 2009.

CANZIANI, J. R. F.. **Assessoria administrativa e produtores rurais no Brasil.** Piracicaba, 2001. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, A. M.G. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação.** v. 13, n. 2, 2001. Artigo.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII, Cuiabá. Anais. Cuiabá, 2004.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade econômica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHRYSOSTHEMOS, R. N. **Crédito rural do pronaf no período de 1998 a 2008: evolução dos recursos e inadimplência.** Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** - Porto Alegre, tese de doutorado, 2008.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura brasileira. **Os 150 anos do Mapa.** Revista de Política Agrícola. ISSN 1413-4969 Publicação Trimestral Ano XIX - Edição Especial, Brasília, DF, Jul. 2010.

CUT/CONTAG. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil.** Relatório Final de Pesquisa, São Paulo/Brasília, 1998.

DELGADO, G. C. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas.** In: REYDON, Pedro R. B. (org.) Agropecuária e Agroindústria no Brasil, 1995.

DUFUMIER, M. *Importancia de la tipologia de unidades de produccion agricolasen el analisis de diagnostico de realidades agrarias.* In: Escobar, G. &, 1990.

FAO (Food and Agriculture Organization). *The state of food and agriculture. Women in agriculture. Closing the gender gap for development.* Rome, 2011.

FETRAF-SUL. **Mutirão da agricultura familiar.** Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

FLORES, M. X. e MACEDO, M. M. C. **Novos Rumos do Desenvolvimento Rural.** Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, Paraná, 1999, p. 4.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R.; VALDES, C. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. **Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários** GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R. V.; NAVARRO, Z. (Orgs).- Brasília: Ipea, 2010. 294 p.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. **Produtividade e fontes de crescimento da agricultura.** Nota Técnica, AGE/Mapa, 2009.

GASQUES, J. G.; BASTOS E. T.; BACCHI M. P. R.; DA CONCEIÇÃO J. C. P. R. **Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira**. Brasília, Ipea, 2004, 33 p

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores**. Brasília: Ipea, 2000 (Texto para Discussão, n. 768).

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. Artigos: políticas públicas**. Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em 25/Abril/2011.

GORGEN, Frei S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2 ed. Petrópolis: vozes, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Ed., Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, 1998, 211 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E. & CARDIN, S. e de C. S. (coords.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 2000.

HOFFMANN, R. et alii. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba, Fealq, 1985.

IBGE - DIRETORIA DE PESQUISAS – DPE - COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS – CONAC - **Sistema de Contas Nacionais – Brasil - Referência 2000**. Nota metodológica nº 6. **Conta da Produção das Atividades** – http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/06_conta_producao.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006.

ILHA, P. C. S. **A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: O caso do oeste do Paraná**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006.

INCRA/FAO – **Análise-diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 1999. Disponível em <http://www.incra.gov.br/arquivos/0143901397.pdf> >. Acesso em 14/jun/2011.

INCRA/FAO. **Agricultura Familiar: Primeiros Resultados**. 2009.

INCRA/FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Visão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994, nov. 24 p.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. 1990.

_____. **Problemas Metodológicos na Mensuração do Emprego Agrícola**. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1986.(mimeo).

LAMARCHE, H. **As Lógicas Produtivas**. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura Familiar: Comparação Internacional – Do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, v. 2, p. 61-88. (Tradução: Frédéric Bazin).

LIMA, A. P, et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Editora Unijuí. 2005.

MARQUES, V. *Agricultura familiar y Censo Agropecuario: Análisis Comparativo Brasil, Chile y México* (2006/2007). Brasília – FAO/ MDA, 2010.

_____. **Composição de gastos na agricultura paulista**. Relatório de pesquisa 21/87, IEA, São Paulo, 1987.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. **Pronaf 10 anos : mapa da produção acadêmica - Brasília : MDA, 2006**. 202 p. ; 28 x 21 cm. -- (NEAD Estudos ; 12).

NAVARRO, Z. **O desenvolvimento agrário brasileiro em uma era de transformações**. In: Vizentini, P.F.; Carrion, R. Século XXI: barbárie ou solidariedade. Alternativas ao neoliberalismo. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p.235-246.

NIERDELE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de salvador das missões, RS**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2007.

OWEN, W. F. A dupla pressão do processo de desenvolvimento sobre a agricultura. **Desenvolvimento da agricultura**. Araújo, P. F. C. de; Schuh, G. E. (Org.). São Paulo, Pioneira, 1975.

_____. *The Double Developmental Squeeze on Agriculture*. American Economics Review. Mar. 1966.

PAIVA, R. M. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura**. Revista Pesquisa e planejamento. IPEA, Rio de Janeiro, 171-234, dez. 1971.

PAYÉS, M.A.M; SILVEIRA, M.A. **A racionalidade econômica do empresário familiar**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1997. 21p. (Embrapa-CNPMA. Documentos,10).

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural - UFRGS). Porto Alegre, 2007.

PLEIN, C. **A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no oeste catarinense**. Revista Faz Ciência, 08,01, p. 35-72 UNIOESTE ISSN 1677-0439, 2006.

PLOEG, J. D. **Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar**. In: *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. ISSN: 1807-491X.v.7, n.2, 2010.

_____. *Agricultural production in crisis*. in *Handbook of rural studies*. P. Cloke, T. Marsden & P.H. Mooney. Londres, 2006, 258-278.

_____. *Rural Development: from practices and policies towards theory*. In: *Sociologia Ruralis*, 2000.

_____. *El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización*. In: SEVILLA

GUZMAN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). *Ecología, campesinado y historia*. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.

PRONAF - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural, Brasília, 2011.

RIBEIRO, S. W; GHEVENTER, B. **Consumo intermediário na agricultura**. FGV, Vol 37, nº1 jan/mar, 1983.

SABOURIN, E. **Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores**. Brasília, Embrapa informação tecnológica, 2006.

SACCO DOS ANJOS, F; WILSON, I. G.; CALDAS, N. V.; GOMES, M. C. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 03, p. 529-548, jul/set 2004.

SACCO DOS ANJOS, F. A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos *part time farmer's* em Santa Catarina in: Anais do XXXII **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, 1994, p. 442-449.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**, 1ª ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D.; KUHN, D. D.; MIGUEL, L. de A.. **Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do Programa RS-Rural no Rio Grande do Sul**. Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789-828, 2005.

SILVA, J. G da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. rev. Campinas: UNICAMP, 1996. 211p.

SIMON, H. **El comportamiento Administrativo: Estudio de los Procesos decision em la organización administrativa**. Buenos Aires, Aguilar, 1988.

SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, EdUFSCar, p. 359, 2005.

SOUZA, B. C.; BORINELLI, M. L. **Controladoria**. Curitiba-PR: IESDE Brasil, 2009. 236 p.

SOUZA, H. F.; BUAINAIN, A.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, Carlos. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**, 2004.

TAVARES, J. M.; ATALIBA, F.; CASTELAR, I. **Mensuração da produtividade total dos fatores para os estados brasileiros, sua contribuição ao crescimento do produto influência da educação: 1986-199**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 633-653, 2001.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos dos agrorreformismo. **A questão agrária hoje**. Stédile, J. P. (org.) – Porto Alegre, UFRGS, 1994.

WANDERLEY, M.N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n.21, out. 2003.

WILKINSON, J. **Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 25-50.

_____. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. Ed. Hucitec, CEPA-BA- São Paulo – Salvador, 1986.

ZARONI, M. M. H. **Tipologia de Agricultores Familiares: construção de uma escala para os estágios de modernização da agricultura**. Tese (Doutorado). Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2004.